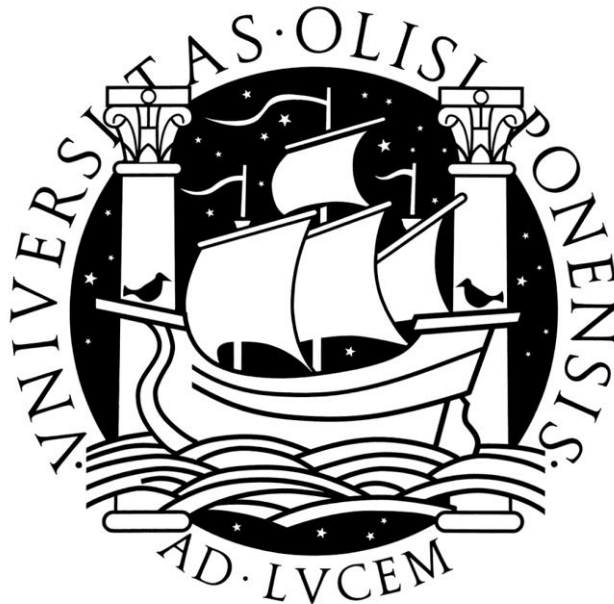


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



A Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal

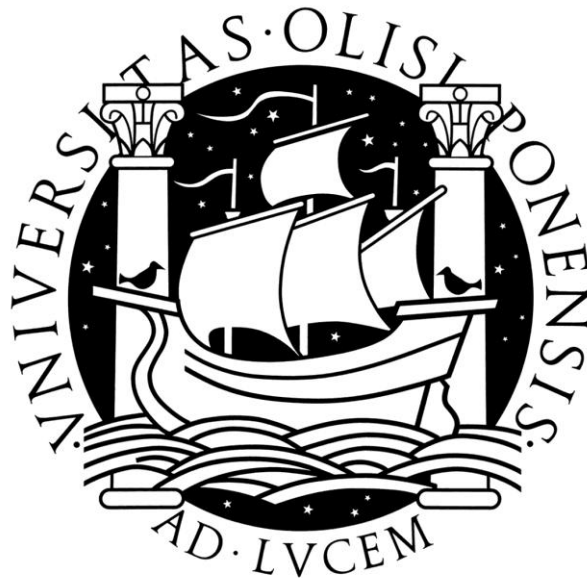
Educação Pelo Território

Maria da Conceição Vieira Roque

MESTRADO EM ARQUEOLOGIA PÚBLICA, ARTE E MUSEOLOGIA

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE BELAS-ARTES



A Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal
Educação Pelo Território

Maria da Conceição Vieira Roque

MESTRADO EM ARQUEOLOGIA PÚBLICA, ARTE E MUSEOLOGIA

Dissertação Orientada pelo Prof. Doutor Manuel Calado

2012

Resumo

Este trabalho pretendeu contribuir para o debate, em curso na arqueologia contemporânea, sobre as relações entre a disciplina, a sua prática concreta e a sociedade, no âmbito da chamada Arqueologia Pública.

Para além da reflexão teórica, materializou-se numa experiência prática, que conjugou o trabalho de campo (revisão de uma Carta Arqueológica), o tratamento dos dados e a participação da comunidade, focada na Educação Patrimonial, numa escala – o território concelhio - que favorece a proximidade e a comunicação.

Para além do acréscimo de dados aduzidos, resultantes, em parte, dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na década passada, no contexto do Alqueva, e agora ampliados por novos trabalhos de campo, foram dados alguns passos, ainda que modestos, na forma como a arqueologia dialoga com a sociedade.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Educação Patrimonial; Carta Arqueológica; Território; Alandroal

Abstract

This work aims to contribute to the debate currently taking place in contemporary archeology, about the relationship between the discipline, its concrete practice and society, under the so-called Public Archaeology.

Apart from the theoretical discussion, this work materialized in a practical experience, which linked the fieldwork (reviewing an Archaeological Map), the treatment of data and community participation, focused on Heritage Education, in a scale - the municipal territory- that promotes closeness and communication. Beyond the addition of new data, resulting in part of the archaeological work developed over the past decade in the context of Alqueva, and now expanded with new field work, some steps, albeit modest, have been advanced in the way archeology dialogues with society.

Keywords: Public Archaeology, Heritage Education; Archaeological Map; Territory; Alandroal

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	6
1 INTRODUÇÃO: UMA NOVA CARTA ARQUEOLÓGICA, PORQUÊ?	8
2 REVISÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALANDROAL	11
2.1 Concelho do Alandroal: A Memória do Território	11
2.1.1 Localização Geográfica e Enquadramento Natural.	11
2.1.2 A Paisagem humana atual	13
2.2 A informação disponível	14
2.2.1 Metodologia	14
2.2.1.1 Prospeção	14
2.2.1.2 Classificação e descrição dos sítios inventariados	15
2.3 Algumas Considerações sobre os novos dados Obtidos	16
3 EDUCAÇÃO PELO TERRITÓRIO	24
3.1 Arqueologia Pública	24
3.1.1 O papel da Arqueologia na Comunidade	24
3.1.2 Educação para o Património Arqueológico	28
3.2 A Participação de Jovens na Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal	34
3.2.1 Objetivos	34
3.2.2 Metodologia	36
3.2.3 Atividades desenvolvidas	37
3.2.3.1 Apreender a paisagem, conhecer o concelho	37
3.2.3.2. Material didático de apoio	39
3.2.4 Análise dos Questionários aos Jovens	40
4 PROPOSTAS PARA UMA ARQUEOLOGIA MAIS PÚBLICA	42
BIBLIOGRAFIA	45
WEBGRAFIA	55
CARTOGRAFIA	56

ANEXOS	57
1 Questionário	58
2 Glossário para Jovens	59
3 A Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal (DVD)	
4 O fazem os Arqueólogos? (DVD)	
5 Mapas dos Sítios Arqueológicos do Concelho do Alandroal (DVD)	
6 Inventário Geral de Sítios Arqueológicos do Concelho do Alandroal (DVD)	

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, sendo um projeto individual, só se tornou possível com a ajuda e participação de muitos. Aos que, de um modo ou de outro, colaboraram, com esforço e dedicação, fica aqui expresso o meu sincero reconhecimento:

Em primeiro lugar ao Professor Doutor Manuel Calado, meu orientador, não apenas nesta ocasião, mas desde o início da minha jornada pela Arqueologia; em vários momentos, as suas ideias, conselhos e sugestões orientaram-me, como sei que também a muitos outros, por trilhos que sem ele seriam difíceis, se não impossíveis, de palmilhar. Agradeço-lhe sinceramente toda a disponibilidade, paciência e sabedoria que me dispensou neste troço da caminhada.

Ao Professor Doutor Luís Jorge Gonçalves, que me proporcionou, através deste mestrado, um outro olhar sobre a Arqueologia. Agradeço-lhe, igualmente, a atenção que desde o início, prestou ao meu trabalho e o empenho no processo que nele resultou.

À Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, pela bolsa de investigação que me foi concedida e que, na verdade, constituiu um fator decisivo, permitindo-me dedicar a tempo inteiro a este trabalho.

À Câmara Municipal do Alandroal, por ter acreditado e apostado no projeto da Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal, em particular ao seu presidente, Dr. João Grilo, que percebeu desde logo o papel fundamental que o património arqueológico pode ter para o desenvolvimento local.

Ao Dr. Rui Mataloto, sempre pronto para partilhar conhecimento e projetos, agradeço a ajuda, os conselhos, os esclarecimentos e as ideias discutidas. Algumas das conversas que mantivemos ao longo de vários anos, muitas enquanto percorríamos campos e recantos do nosso Alentejo, foram verdadeiras aulas, onde aprendi muito do pouco que sei.

Ao Paulo Tátá, colega e amigo, devo a preciosa ajuda, no tratamento da base de dados e mapas. A sua paciência e disponibilidade foram essenciais para essa parte do trabalho.

A todos os amigos e colegas que me acompanharam nas prospeções e também aos que participaram através da informação oral.

Aos jovens colaboradores no projeto, especialmente aos mais assíduos e entusiastas, à Patrícia Fitas e ao João Caleiro.

À minha família, um pilar fundamental em todo o trajeto, a que este trabalho não é alheio, e, muito particularmente, à minha irmã Ana Maria, sempre ao meu lado, na vida e em muitas prospeções.

Ao Carlos Galhardas, companheiro e amigo, devo o apoio que sempre me deu durante este trabalho, como em todo o meu percurso académico.

A todos os que ajudaram os meus agradecimentos.

1 INTRODUÇÃO: UMA NOVA CARTA ARQUEOLÓGICA, PORQUÊ?

A primeira edição da Carta Arqueológica do Alandroal, coordenada pelo Prof. Dr. Manuel Calado e publicada pelo município em 1993 (CALADO, 1993), afigurou-se como uma das obras percussoras no seu género. Reuniu na sua elaboração importantes contributos ao envolver, de um modo exemplar, a Câmara Municipal, professores e alunos do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, associações e cidadãos locais.

Os novos dados, resultado do trabalho de campo desenvolvido neste projeto e da compilação dos já existentes, concorreram decisivamente para a alteração da visão geral que se tinha da ocupação do território. Foi, deste modo, uma importante contribuição para o enriquecimento do panorama arqueológico nacional.

A realização de um curso profissional durante o decorrer do projeto permitiu a formação de técnicos de campo nas diferentes vertentes do trabalho arqueológico. Numa altura em que a construção da Barragem do Alqueva anunciava a necessidade de mão-de-obra especializada, este foi um subsídio

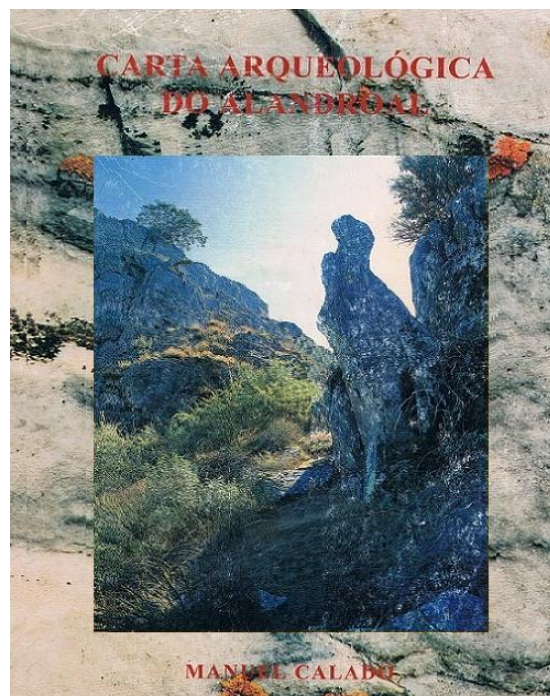


Fig. 1– Capa da 1ª edição da Carta Arqueológica do Alandroal.

relevante para o emprego de jovens da região.

A obra teve, igualmente, reflexos num aumento do turismo no concelho ao dar a conhecer e divulgar lugares como por exemplo, a Rocha da Mina, associada ao já conhecido Endovélico. Aliados a uma paisagem singular, os sítios arqueológicos provaram que, ainda que em pequena escala, são capazes de atrair público, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local.

Assim, e observada á distância de quase vinte anos, a Carta Arqueológica do Alandroal foi, parece-me, um projeto, também, de Arqueologia Pública. A participação de não arqueólogos, o envolvimento da comunidade e das entidades locais e o aumento do turismo, constituem alguns dos alicerces da relação entre a Arqueologia e a Sociedade, como pretendo desenvolver numa parte deste meu trabalho.

Apesar da dinâmica gerada pela primeira edição da Carta Arqueológica do Alandroal e do seu contributo para a Arqueologia portuguesa, na sua essência este género de documento nunca se poderá dar por terminado: “Por definição também, a descoberta de novos sítios ou a obtenção de novos dados sobre os sítios conhecidos, exigem que qualquer “corpus” deste tipo seja sempre concebido como um sistema aberto ” (CALADO, 1993:8). O extenso território que o concelho ocupa justificaria, só por si, a continuação das prospeções e a realização de uma revisão.

Contudo, foi a construção da Barragem do Alqueva que veio reforçar, de maneira decisiva, a necessidade de atualização:

Por um lado, as Medidas de Minimização de Impacto sobre o Património Arqueológico. As várias intervenções arqueológicas - prospeções, escavações e levantamentos – realizadas no âmbito deste programa, resultaram numa imensidade de informação nova, tendo alguma dela alterado mesmo a perceção do povoamento na região e da utilização do território. Os recentes dados conseguidos necessitam de ser compilados, analisados e divulgados.

Por outro lado, as alterações previstas para o uso dos solos. A disponibilidade de água permite o incremento de novas práticas agrícolas e o surgimento de empreendimentos turísticos que tornam sensíveis as áreas próximas da cota de enchimento da barragem; as prospeções efetuadas nessa parcela do território foram, e continuam a ser, necessárias como ações predominantemente preventivas.

Outro pretexto para a realização desta revisão é a possibilidade de utilização de novas tecnologias, que não existiam há vinte anos e que hoje estão ao dispor da Arqueologia (GPS e ARCGIS, por exemplo); A sua utilização permite a afinação de resultados e agiliza a manipulação de dados.

A publicação de uma nova Carta Arqueológica é uma oportunidade, tal como o foi a primeira, de divulgar as potencialidades arqueológicas que o concelho oferece; tornando-se uma ferramenta de desenvolvimento local e fixação de identidades. A juntar a isto a possibilidade deste projeto ser um exercício de Arqueologia pública, aproximando os cidadãos da Arqueologia e do património arqueológico, e vice-versa.

Creio, assim, estarem reunidos motivos sólidos e suficientes para que se justifique a continuação do trabalho iniciado em 1992 com a realização da primeira Carta Arqueológica do Alandroal.

2 REVISÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALANDROAL

2.1 O CONCELHO DO ALANDROAL: A MEMÓRIA DO TERRITÓRIO

2.1.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO NATURAL

Situado no interior sul de Portugal, o concelho do Alandroal ocupa parte do extremo Este do distrito de Évora, no Alentejo Central (Portugal). Numa área total de cerca de 545 Km, o seu território encontra-se entre os concelhos do Redondo, a oeste e sudoeste, Vila Viçosa, a norte e nordeste, Elvas a nordeste, Espanha a este e Reguengos de Monsaraz a Sul (CALADO, 1993:9).

Toda a extensão do concelho abrange no total sete Cartas Militares de Portugal (440, 441, 451, 452, 462, 463 e 474). As altitudes compreendem-se entre os cerca de 140 e os 360 metros acima do nível médio das águas do mar.

A observação da geologia local pode ser decisiva quando se planeia um trabalho de prospeção, porque os “diversos substratos geológicos determinam diferenças importantes, sobretudo em termos de topografia, recursos hídricos, recursos mineiros, capacidade de uso dos solos, etc., fatores muitas vezes determinantes na fixação e distribuição dos grupos humanos nos variados contextos cronológico-culturais.” (CALADO 1993:9).

Situado entre duas importantes referências na paisagem, a Serra d`Ossa e o Guadiana, o Concelho do Alandroal inclui-se geomorfologicamente no Maciço Antigo Ibérico, na zona tectónica Ossa-Morena, onde prevalecem os xistos, resultando em solos pobres e esqueléticos (RIBEIRO e LAUTENSACH, 1987:274), com fraca capacidade agrícola. Para além dos xistos destacam-se as manchas relacionadas com a Falha de Messejana, de depósitos terciários, e a de granitos, junto ao limite Sudoeste do concelho; a ambas correspondem solos de boa capacidade agrícola e é nelas que se concentram a maior parte dos aglomerados urbanos atuais.

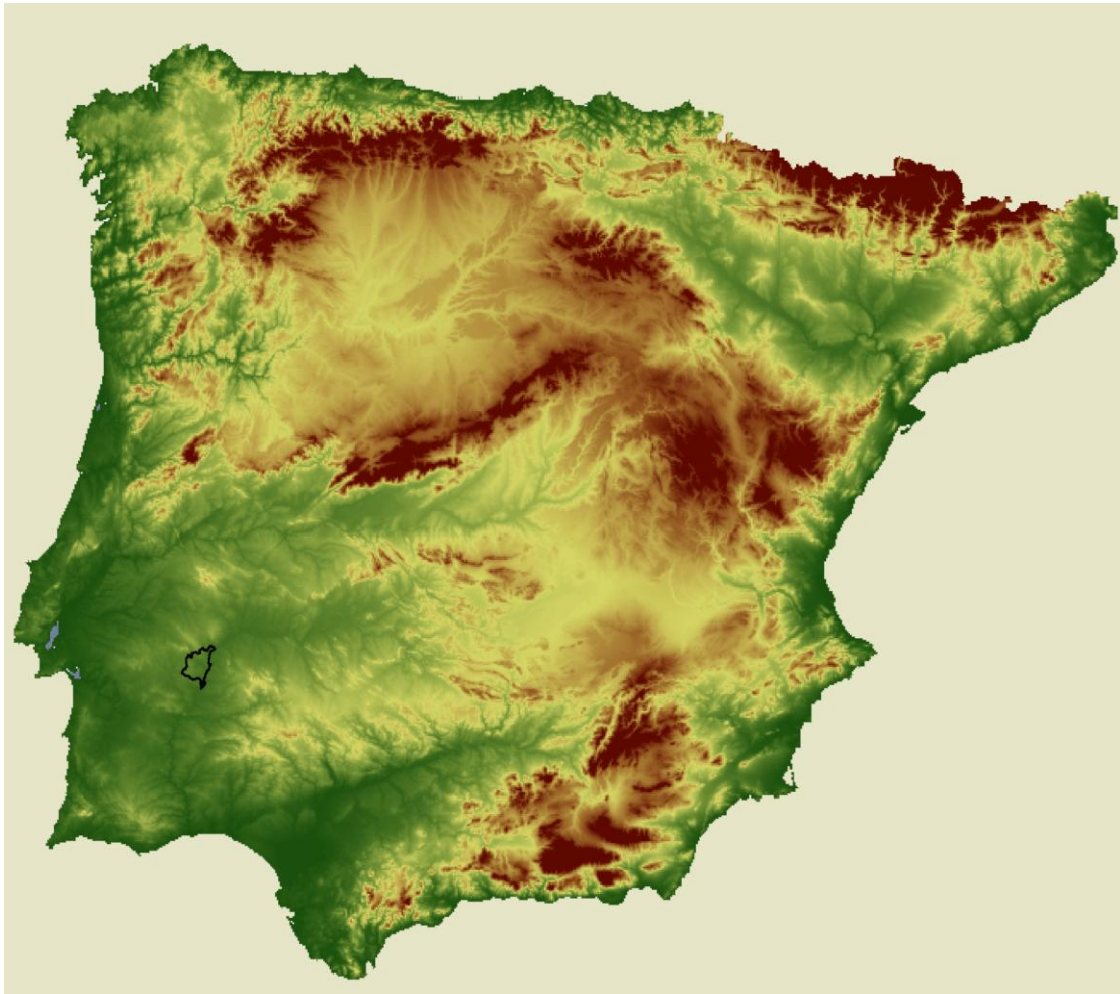


Fig. 2 – Localização do Concelho do Alandroal na Península Ibérica.

Os recursos mineiros têm expressão significativa no concelho, chegando mesmo a deixar marcas na toponímia local. Os dois núcleos principais, Ferreira de Capelins / Rosário e Mina do Bugalho, mostram vestígios de grande atividade mineira, muito provavelmente correspondendo a épocas diversas (nos trabalhos da Barragem do Alqueva foram encontrados indícios em alguns sítios de Época Romana (GOMES, BRAZUNA e MACEDO, 2002: 135); nestas áreas são visíveis à superfície abundantes manchas de escórias e várias valas de mineração: O minério que apresenta mais ocorrências é o ferro, seguido de perto pelo cobre; existem, ainda, registos de minas de outros minérios, como manganês, chumbo, prata ou ouro (CALADO, 1993:162).

Em termos hidrográficos, todo o território concelhio é drenado pela bacia do Rio Guadiana (agora desaparecido sob as águas da Barragem do Alqueva); de entre os afluentes, destaca-se

o Lucefecit, que axializa, transversalmente ao Guadiana, o município e a Ribeira do Azevel, fronteira a sul com o concelho de Reguengos de Monsaraz.

O clima atual da região caracteriza-se por temperaturas elevadas no verão e baixas no inverno; a precipitação concentra-se, sobretudo, nesta última estação.

2.1.2 A PAISAGEM HUMANA ATUAL



Fig. 3 – Montado disperso.

O concelho do Alandroal abrange um extenso território de paisagem relativamente heterogénea. Os terrenos de menor capacidade agrícola são ocupados por vastas planícies de montado de azinho, extensas plantações de eucaliptos e terrenos incultos de mato denso de estevas e tojos; estas áreas são aproveitadas para a pastorícia, a caça e a extração de madeira; podendo, naturalmente, vir a apresentar outras valências, como a do turismo.

Mais recentemente, a construção da Barragem do Lucefecit, primeiro, e da Barragem do Alqueva, depois, veio alterar significativamente, e em particular a última, a forma de uso dos solos; a quantidade de água agora à disposição dos agricultores permite o desenvolvimento de novas práticas agrícolas, como a plantação de vinha, olival, milho, pimentão ou algumas forraginosas. A agricultura e a pecuária, a par dos serviços, são as atividades que empregam mais pessoas dentro do concelho.

O povoamento atual divide-se entre as três vilas (Alandroal, Terena e Juromenha), dez aldeias e casas dispersas pelo meio rural. O concelho do Alandroal perdeu metade da sua população desde os anos 60 do século passado até aos últimos Censos, realizados em 2011. A população, envelhecida, abandonou os campos e concentrou-se sobretudo na sede de concelho; os mais jovens saem, para estudar ou procurar trabalho nos centros urbanos de maiores dimensões, e muitos deles já não voltam, deixando, assim, um território cada vez mais desertificado.

2.2 A INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

2.2.1 – METODOLOGIA

2.2.1.1 – Prospecção

A Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal tem o objetivo, entre outros, de voltar a olhar o mapa do concelho, agora já com quase setecentos sítios assinalados.

A prospecção seletiva, usada na primeira edição da Carta, permitiu identificar muitos sítios a partir da observação das diferentes características do terreno que à partida indicariam ocupação humana; isso significa que, apesar da vasta extensão de território, essas áreas foram visitadas deixando de fora as que, em princípio, menos potencial apresentam.

Assim, o primeiro critério utilizado foi prospectar as áreas onde o mapa de sítios apresentava maiores lacunas. Neste processo, correu-se o risco de estar a percorrer terreno já prospectado, uma vez que esses hiatos podem corresponder a mancha de muito fraca ocupação, ou a más condições de visibilidade, que se mantêm. A prospecção nas restantes áreas, as mais batidas anteriormente, fez-se de forma restrita e pontual, seguindo indicadores como a informação oral.

Dentro das áreas prioritárias utilizou-se o método da prospecção seletiva: As saídas de campo foram orientadas pela análise dos vários elementos cartográficos (toponímia, topografia, hidrografia, geologia) e pela observação direta da paisagem, seguindo estratégias de implantação e povoamento característicos da região. Apesar de se ter seguido estes critérios, não se deixou, contudo, de atender a realidades até aqui pouco conhecidas, como por exemplo as gravuras rupestres ou novos modelos de povoamento da Idade do Ferro, ambos resultado dos trabalhos arqueológicos da Barragem do Alqueva.

Para a georreferenciação dos novos sítios recorreu-se ao aparelho de GPS (Garmin eTrex Vista C).

Durante as prospeções não foi recolhido qualquer espólio, tendo sido apenas efetuada no terreno a sua descrição e apontados aspetos como a quantidade e a dispersão.

Não se procedeu a uma recolha de informação oral propriamente dita; os dados obtidos por este processo resultaram do contato dos informadores com a equipa e não ao contrário, fato que poderá indicar o crescente interesse da população pelas questões do património arqueológico.

2. 2. 1. 2 Classificação e descrição dos sítios inventariados

A compilação dos dados existentes foi um dos objetivos principais a que a Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal se propôs. A informação, um número bastante expressivo de ocorrências, encontrava-se dispersa em várias fontes (os Relatórios da Barragem do Alqueva, Carta Arqueológica do Alandroal, novos trabalhos de investigação que se foram fazendo no concelho).

A tarefa de reunião de dados afigurou-se de alguma dificuldade. Por um lado, os dados fornecidos pela EDIA, que repetiam os da Carta Arqueológica do Alandroal, por outro, alguns topónimos aparecem repetidos em localizações distintas nas diferentes fontes; acresce ainda que da lista de sítios da Barragem do Alqueva fornecida não constava a descrição, que em muitos casos ajuda a resolver as dúvidas de localização e toponímia existentes.

A tarefa de recolha e análise bibliográfica foi facilitada, uma vez que parte dessa informação já se achava compilada na anterior publicação; no entanto, foi necessária para os dados mais recentes, relativos aos trabalhos efetuados nos últimos vinte anos.

Os elementos conseguidos foram reunidos numa lista e atribuído um número geral de inventário; essa numeração foi ordenada no mapa da esquerda para a direita e de cima para baixo, seguindo a ordem dos quadrantes.

O inventário dos sítios e os mapas foram elaborados em programa de SIG, Quantum Gis Desktop (1.8.0).

A base de dados do Inventário Geral de Sítios Arqueológicos apresenta os seguintes parâmetros:

Designação – Atribuída segundo o topónimo mais próximo assinalado na Carta Militar, ou o microtopónimo, no caso de existir.

Tipologia – Neste caso, optou-se por usar a terminologia e os critérios, seguidos por outros autores.

Cronologia – Determinada segundo a observação do espólio e das estruturas visíveis no terreno; pode, em certas circunstâncias, adquirir uma classificação mais geral (por exemplo Pré-histórico, ou Medieval) ou mais específica (Calcolítico ou Islâmico, como exemplo). Surgiram dificuldades na atribuição cronológica de alguns sítios, particularmente onde a cerâmica manual não se faz acompanhar de outros indicadores que facilitem a sua classificação, ou, noutro exemplo, onde a presença de *tegula*, um fóssil-diretor característico da época romana, permanece até períodos mais tardios.

Descrição – Pequena síntese descritiva do espólio, das estruturas ou de outras características principais observadas e julgadas relevantes.

Bibliografia.

Coordenadas – GCS Datum de Lisboa Hyford.

2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS NOVOS DADOS OBTIDOS

Ao longo destes quase vinte anos, desde a 1ª edição da Carta Arqueológica do Alandroal, muito se alterou no panorama da Arqueologia regional e, em particular, do concelho do Alandroal. Para tal contribuíram, de modo excecional e decisivo, as intervenções efetuadas no âmbito das Medidas de Minimização de Impacto da Barragem de Alqueva. A área afetada, que não só abrangeu o regolfo como os canais de rega, novos caminhos e outras estruturas associadas, representa uma porção considerável de território; No concelho do Alandroal, com cerca de 40 Km de Rio Guadiana, na sua fronteira Este, assinalaram-se cerca de duzentas e cinquena novas ocorrências.

Não caberia no contorno deste trabalho a descrição de todos os dados obtidos no concelho, nem sequer uma reflexão sobre todos eles; assim, serão abordadas algumas das ocorrências que julgo mais relevantes e que vieram alterar as leituras disponíveis, até ao momento, sobre a ocupação do território.

Para além das intervenções já referidas, outros trabalhos decorreram no âmbito de projetos de salvamento (ROCHA, 2009), ou de investigação, como a Rocha da Mina (a decorrer) ou o São Miguel da Mota (GUERRA, SCHATNER, FABIÃO, ALMEIDA, 2003) que comentarei com algum detalhe, mais adiante.

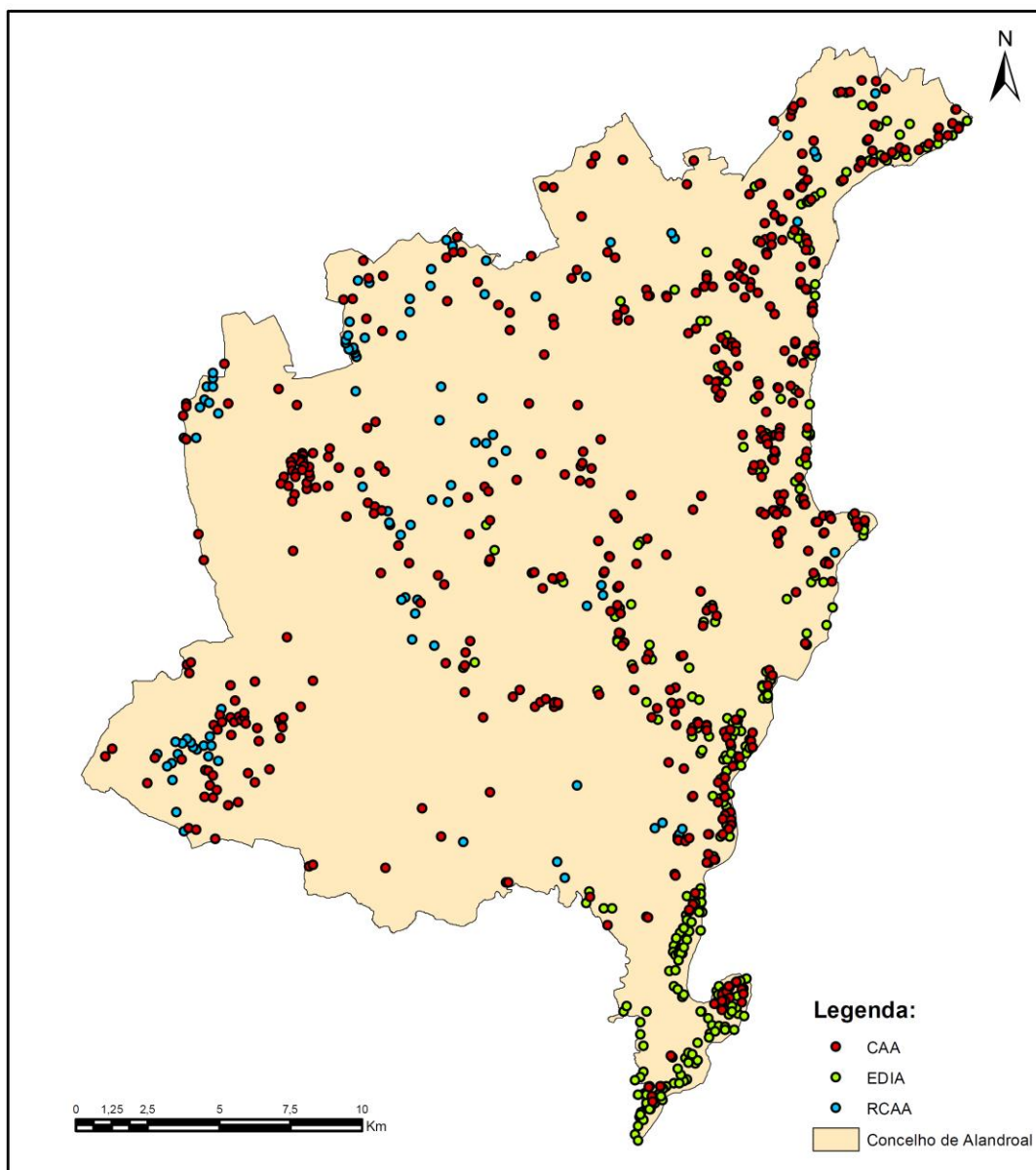


Fig. 4 – Total dos Sítios da Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal.

O projeto de construção da Barragem do Alqueva foi um caso singular, longo e atribulado. Os trabalhos arqueológicos no terreno, que acompanharam, mais ou menos, os avanços e recuos dos planos da obra, iniciaram-se em meados dos anos 70 do século passado, avançando depois em várias fases; durante cerca de três décadas efetuaram-se diversos estudos de impacto e formaram-se diferentes equipas de prospeção (SILVA, 1999:31-59). O extenso processo de levantamento culminou com a publicação do 1º QGR (Quadro Geral de Referência, 1996), a partir do qual se definiram as Medidas de Minimização de Impacto da Barragem do Alqueva.

Esta obra foi, e é, um projeto gigantesco, tanto de engenharia como do ponto de vista do impacto que teve sobre a paisagem da área afetada. A aplicação das Medidas de Minimização resultou num

processo igualmente colossal: Pese embora a existência de alguns constrangimentos, este foi um processo exemplar no que ao salvamento arqueológico diz respeito; foi, na verdade, uma (infeliz) oportunidade para se conhecer mais, bastante mais, sobre as redes de povoamento ou os sítios.

Mais uma vez se tornou evidente, tal como após a realização da Carta Arqueológica do Alandroal, que a densidade de sítios arqueológicos não era despicienda. Pertencentes a várias épocas e de tipologias diversas, registaram-se centenas de ocorrências. Ficou igualmente claro, na minha opinião, a necessidade de atender às diferentes realidades arqueológicas, no momento de definir estratégias de atuação no terreno; uma prospeção direcionada e um levantamento exaustivo do terreno, apesar de falível, facilitam a deteção de ocorrências à partida pouco previsíveis. No caso das Medidas de Minimização de Impacte da Barragem do Alqueva, novidades de grande relevância foram reveladas já no decorrer dos trabalhos de escavação; são disso exemplo as gravuras rupestres, um número significativo de sítios pertencentes à Proto-história (CALADO, MATALOTO, ROCHA, 2007) ou o povoado das Águas Frias.

A arte rupestre do Guadiana foi, sem dúvida, a grande novidade trazida pelos trabalhos arqueológicos da Barragem do Alqueva; depois do Tejo e do Coa, também o “grande rio do Sul” se revelava um imenso santuário (BAPTISTA, 2002:161).

Até ao momento, enquadrados na área da Barragem do Alqueva, conheciam-se bastantes contextos habitacionais e algumas necrópoles; no entanto, desconheciam-se, praticamente quaisquer manifestações de arte rupestre.

Distribuídas por vários núcleos, as gravuras do Guadiana concentram-se, maioritariamente, no troço do rio fronteiro ao concelho do Alandroal. É na margem oposta ao que localmente se chama “a volta”, no Molino Manzanes, já em território espanhol, que se regista o conjunto mais notável: Cerca de cinco mil gravuras distribuem-se pelo leito e margem do rio por quase dois quilómetros; entre elas duzentas e cinquenta atribuíveis ao Paleolítico (COLLADO GIRALDO, 2012).

Dentro dos limites do concelho do Alandroal, encontram-se os outros três núcleos mais representativos da arte rupestre do Guadiana: O Molino de Manzanés 1, ou Manzanares, Mocissos 7 e a Moinhola, nºs 736, 442 e 658 do Inventário Geral de Sítios Arqueológicos (Anexo 6), sendo este último onde existe uma maior concentração. Na região, a geologia apresenta manchas de xistos-grauváquicos que formam superfícies lisas quando polidas pelas águas do rio, criando painéis aptos para gravura. A maior parte das gravuras pertence, aparentemente, ao Neolítico/Calcolítico; de temática pouco variada, é caracterizada por “gravação de motivos do tipo esquemático - simbólico” (BAPTISTA, 2002:160); os círculos, seguidos das representações antropomórficas, são os motivos centrais e mais profusamente reproduzidos, entre ancoriformes, linhas serpenteantes e raros zoomorfos (BAPTISTA, 2002:160-162).

A Idade do Ferro está representada, entre outras, na Rocha 3 do Mocissos, num painel vertical de xisto abundantemente gravado por incisão filiforme; as figuras sobrepõem-se num conjunto dominado por zoomórficos, apenas um antropomórfico, algumas armas e símbolos (BAPTISTA, 2002:162).

No início dos trabalhos, em 1998, os dados conhecidos para a Idade do Ferro e do Bronze no Quadro Geral de Referência para o território do concelho do Alandroal eram bastante raros, cingindo-se apenas a um único sítio. Face à escassez de dados a equipa do Blocos 2 e 8 (Pré e Proto-história a norte da Ribeira do Álamo), liderada por Manuel Calado, decidiu dar início a novas prospeções (CALADO, MATALOTO e ROCHA, 2007b; CALADO e MATALOTO, 2008). Os resultados foram reveladores de uma ocupação relativamente densa do Bronze Final e da I Idade do Ferro; confirmando, ao mesmo tempo, a inexistência de sítios mais antigos dentro da Idade do Bronze, como, aliás, se verifica em toda a região. Após os trabalhos de escavação, os pequenos sítios abertos deste último período constituíram alguma originalidade dentro do que até ao momento era uma realidade mal conhecida. Infelizmente o mau estado de conservação destes sítios, não permitiu tirar informações conclusivas quanto à sua integração cronológica (CALADO, MATALOTO e ROCHA, 2007b: 168). Todavia, foi o número de sítios da I Idade do Ferro encontrados que veio reformular, de forma decisiva, o cenário até aí conhecido. A escavação destes “pequenos povoados rurais” (CALADO, MATALOTO e ROCHA, 2007b: 168), situados em acanhados esporões sobre os cursos de água, desvelou várias tipologias e cronologias diversas dentro das balizas temporais estabelecidas para o período em que se integram. Segundo os autores, (CALADO, MATALOTO e ROCHA, 2007b: 168), estes sítios inserem-se numa rede de povoamento ao longo da margem direita do rio Guadiana, em que foi detetada uma série de abandonos e incrementos através do tempo. A inexistência de necrópoles associadas poderá estar relacionada com as baixas cotas em que se interveio (CALADO, 2002:126).

O povoado neolítico das Águas Frias, localizado junto à margem esquerda da Ribeira do Lucefecit e atualmente na orla da Albufeira de Alqueva, encontra-se parcial e sazonalmente submerso pelas suas águas. O sítio foi descoberto em 2003, na fase final dos trabalhos de retificação de acessos, ainda no âmbito da construção de infraestruturas relacionadas com a Barragem de Alqueva; parcialmente afetado pelas operações mecânicas, foi então alvo de escavação. No decorrer dos trabalhos verificou-se estar-se perante um povoado dominado por três linhas concêntricas de fossos de planta serpenteante (Calado, 2004). A ocupação parece estender-se ao longo da 2ª metade do IV milénio a. C., sendo muito semelhante, em vários aspetos, nomeadamente cronológicos, a outros povoados de fossos, designadamente o de Juromenha I e o das Mimosas, ambos situados no concelho do Alandroal e escavados durante as intervenções arqueológicas no âmbito das medidas de minimização de impactos da Barragem de Alqueva (CALADO e ROCHA, 2004b). A singularidade do povoado das Águas Frias reside sobretudo na ocorrência, invulgar em contextos de habitat, de placas de xisto, com a particularidade de se encontrarem em diferentes fases de fabrico.

Dentro do atual estado da investigação arqueológica esta característica torna-o único, uma vez que o número muito elevado de placas de xisto gravadas, que se conhecem em todo o ocidente peninsular, foi encontrado em contexto funerário, salvo casos excecionais, onde o número é meramente residual.

Perante as características únicas do conjunto das águas Frias, poderá avançar-se a hipótese de estarmos perante um dos raros – ou mesmo o único, uma vez que, até à data, se desconhecem outros - centros produtores de um bem largamente difundido na região.

O carácter simbólico destes objectos dificilmente nos deixa indiferentes à proximidade geográfica com os núcleos de gravuras rupestres mais significativos do Guadiana, de que já aqui falei. Recordo, por um lado, que as gravuras do Guadiana têm igualmente como suporte, o xisto, e, por outro, que as Águas Frias são o povoado do Neolítico Final mais próximo dos principais conjuntos rupestres.

Esta proximidade física pode, com os dados disponíveis, interpretar-se como uma especialização do povoado das Águas Frias numa rede de significados, num presumível contexto de romarias religiosas, em que as populações de um vasto território, confluíam nas margens do Guadiana e na qual, no Neolítico Final, foi inserido o tema das placas de xisto.

Lembramos que a Ribeira do Lucefecit tem associado a si tradições mais recentes de peregrinações religiosas – Rocha da Mina, Endovélico, Fonte Santa, Nossa Senhora da Boa Nova....

De Época Romana, bastante representada no Quadro Geral de Referências, apenas foram intervencionados oito ocorrências no território do concelho do Alandroal (GOMES, BRAZUNA e MACEDO, 2002); de entre eles destaco o Outeiro dos Castelinhos, muito próximo do Castelinhos (nº 403, Anexo 6), uma “villa” romana fortificada em muito bom estado de conservação (CALADO, 1993:102). Localizado entre a Ribeira do Lucefecit e a faixa piritosa, onde abundam os vestígios de mineração, o sítio não foi escavado integralmente. Durante os trabalhos, foi possível identificar uma área habitacional e outra de trabalho; é-lhe atribuída uma cronologia correspondente à passagem da Idade do Ferro para a Época Romana (GOMES, BRAZUNA e MACEDO, 2002: 135).

Fora da área afetada pela Barragem do Alqueva outros projetos de investigação foram, entretanto, desenvolvidos no concelho do Alandroal, alguns em várias campanhas. O sítio de São Miguel da Mota é, sem dúvida, uns dos locais do concelho mais referidos na bibliografia; desde que D. Teodósio I de Bragança, no século XVI, se interessou pelas lápides votivas retiradas das ruínas da capela de São Miguel da Mota, muitos outros se dedicaram ao tema.

Leite de Vasconcellos obteve, nos finais do século XIX, autorização para

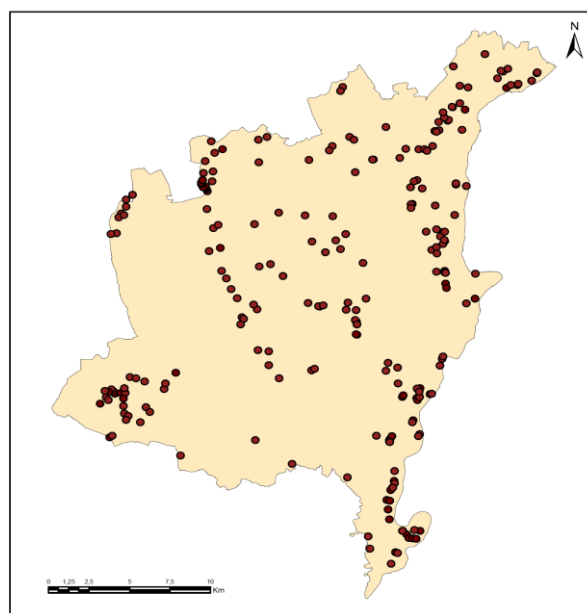


Fig. 5 – Ocupação Romana, Concelho do Alandroal.

desmantelar o que restava da capela e retirar o espólio de Época Romana encontrado; maioritariamente constituído por lápides votivas ao deus Endovélico, este material foi levado para a Biblioteca Nacional (VASCONCELLOS, 1893) e mais tarde constituiu a coleção de fundação do Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia. Durante décadas continuou no ar uma pergunta já antiga: onde está, ou estava, o templo que albergou tão rico acervo?

Foi com o objetivo de responder a essa velha questão, entre outras, que uma equipa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Instituto Arqueológico Alemão iniciaram, em 2002, uma intervenção (GUERRA, SCHATTNER, FABIÃO e ALMEIDA, 2003:415).

Do resultado dos trabalhos efetuados destaque-se o interessante conjunto escultórico retirado das fundações da capela de São Miguel da Mota; trata-se de seis estátuas em mármore branco, de grandes dimensões e em bom estado de conservação (GUERRA, SCHATTNER, FABIÃO e ALMEIDA, 2003:461).

Os materiais de Época Romana recolhidos durante a intervenção enquadram-se cronologicamente entre e os séculos I e III. Infelizmente, as escavações no sítio da antiga capela foram inconclusivas quanto à localização do templo romano; todavia, as sondagens geológicas, realizadas na encosta Este,

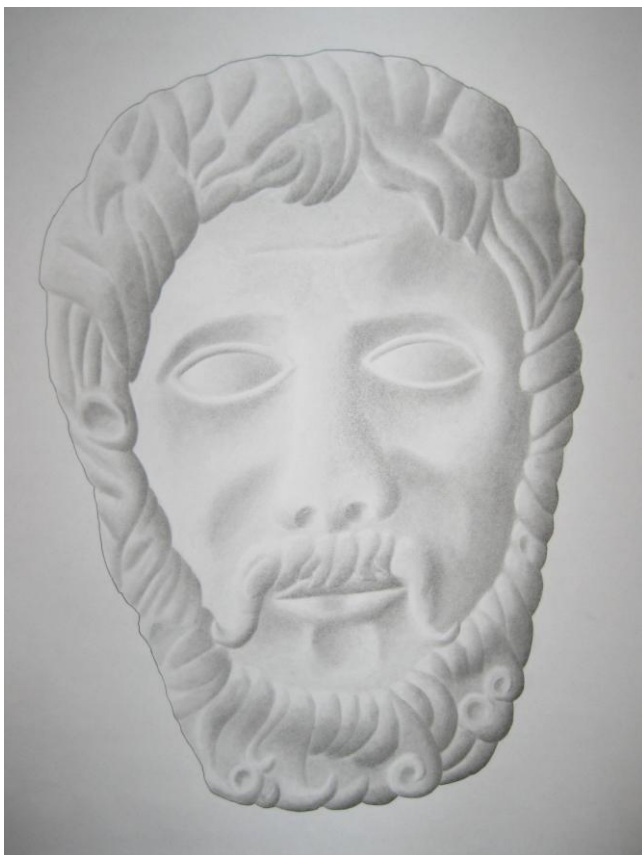


Fig. 6 – Reconstituição da “Cabeça de Endovélico encontrada no S. Miguel da Mota (Alandroal).

revelaram um conjunto de estruturas interpretadas como pertencentes ao verdadeiro santuário de Endovélico (GUERRA, SCHATTNER, FABIÃO e ALMEIDA, 2003:477).

Associado a Endovélico (CALADO, 1996) o sítio da Rocha da Mina foi identificado no decorrer dos trabalhos de campo da Carta Arqueológica do Alandroal (CALADO, 1993). Acha-se implantado na margem direita e sobre uma curva bastante acentuada da Ribeira do Lucefecit, um afluente do Rio Guadiana.

A paisagem destaca-se pelos seus rochedos aguçados formando escarpas abruptas que se erguem sobre o vale; todo o terço médio do curso da Ribeira do Lucefecit, onde a Rocha da Mina se enquadra, corre entre xistos siliciosos, num trajeto

sinuoso encaixado entre margens rochosas.

O sítio distingue-se pela presença, junto ao topo de um esporão rochoso, de uma escadaria, formada por quatro degraus talhados na rocha, para além de vários pavimentos, entalhes e de uma cavidade, igualmente talhados na rocha.

Entre 2011 e 2012 realizaram-se duas campanhas de escavação com o objetivo de caracterizar quer a plataforma superior - o “santuário”, quer a ocupação na plataforma inferior, ao mesmo tempo que se pretendia averiguar a integração cronológica de ambas. Na plataforma inferior pôs-se a descoberto um conjunto de compartimentos, que constituirão parte de um complexo habitacional mais vasto.

A sua fundação num momento tardio do período de conquista, no contexto de uma política de desmantelamento e reestruturação da rede de povoamento indígena, as reduzidas dimensões, a existência de um provável santuário num rochedo destacado na paisagem e a implantação sobre uma curva acentuada da ribeira, tornam a Rocha da Mina um lugar de características peculiares e únicas dentro do seu arco cronológico.

Realço, ainda, as intervenções arqueológicas em dois monumentos megalíticos de características distintas: Anta do Lucas 6 e a Anta de Santiago Maior (ROCHA, 2009); a primeira é um pequeno monumento de xisto, violada e reaproveitada (ROCHA, 2007); integra um conjunto de mais de quinze antas distribuído por um espaço relativamente restrito, a necrópole do Lucas. O segundo monumento já tinha sido intervencionado em meados dos anos 40 do século passado (LEISNER e LEISNER, 1948-1949); trata-se de uma grande anta de granito, parcialmente destruída e repetidas vezes violada; as escavações resultaram de um processo de salvaguarda, dada a sensibilidade do monumento face à última ação destrutiva sofrida (ROCHA, 2007).

É de referir, igualmente, a dissertação de mestrado sobre a necrópole da Rouca (ROLO, 2010), escavada no início do século XX por Leite de Vasconcellos. Este trabalho foca-se no estudo do magnífico conjunto de cerâmicas, contribuindo deste modo para a compreensão da necrópole e compensando a ausência de elementos respeitantes à intervenção de Vasconcellos.

No que respeita aos resultados obtido durante as prospeções da Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal, de cerca de uma centena de novos registos destaque, em primeiro lugar, os núcleos de pequenos sítios de Época Romana (cerca de 40): Fonte Velha, Poço do Cortiço, Fontana / Defesinha e Defesa do Abadel. Geograficamente afastados, os vestígios encontrados à superfície aproximam-nos nas suas características visíveis.

Dentro de cada conjunto as unidades situam-se a uma distância muito curta umas das outras (algumas não chegam ao 100 metros), em áreas relativamente abertas e planas, nos dois primeiros casos, e mais acidentadas nos restantes. Em todos eles, é notória a acumulação de pedras à superfície, resultantes da desagregação das estruturas; o material cerâmico associado resume-se a alguma cerâmica de construção e raros fragmentos de grandes contentores; não foram encontradas cerâmicas comuns. Com os dados conseguidos à superfície é difícil dizer qual a cronologia e a funcionalidade destes sítios; aliás é difícil definir, sequer, se são contemporâneos ou se possuíam função igual. No âmbito das

Medidas de Minimização de Impactos da Barragem do Alqueva foram escavados no concelho alguns sítios (Alto da Azenha d`El Rei 3, Monte do Manuel Anastácio 3, Monte do Manuel Anastácio 7) que apresentavam, à superfície, características semelhantes; contudo, os resultados das intervenções não se mostraram conclusivos, muito devido ao seu mau estado de conservação (GOMES, BRAZUNA e MACEDO, 2002:136).

Estes núcleos poderão estar relacionados com unidades agrícolas mais extensas e corresponderem àquilo que para outras épocas já foi denominado de “monte” (MATALOTO, 2004). Pela ausência de cerâmica comum e, em alguns casos, escassez de cerâmica de construção, corresponderão, alguns deles, a estruturas de carácter não habitacional.



Fig. 7 – Gravuras rupestres dos Canhões 3 (Alandroal).

A descoberta das gravuras dos Canhões, encontradas igualmente nesta última fase, é resultado, de certo modo, da descoberta das gravuras do Guadiana; na verdade, a deteção de arte rupestre em afloramentos rochosos, exige uma prospeção direccionada, numa focagem em indícios que, sem isso, facilmente passariam despercebidos.

O núcleo situa-se perto do topo de um cabeço relativamente destacado na paisagem e longe dos maiores cursos de água. Sobre painel de xisto horizontal o conjunto é composto por sete gravuras picotadas, muito semelhantes entre si: Todas representam aquilo que parecem podomorfos com cerca de 20 cm de comprimento. É difícil não tentar relacionar este pequeno núcleo com a arte rupestre do Guadiana; a apenas 15 Km de distância do Molino Manzanés, as gravuras dos Canhões, apesar de diversas no tema, parecem, à partida, integrar a mesma realidade cultural e cronológica.

3 EDUCAÇÃO PELO TERRITÓRIO

3.1 ARQUEOLOGIA PÚBLICA

3.1.1 O PAPEL DA ARQUEOLOGIA NA COMUNIDADE

Os termos Arqueologia Pública surgiram juntos no início dos anos setenta, nos Estados Unidos, quando Charles McGimsey expressou as suas preocupações no futuro da Arqueologia do país face à destruição causada pelo desenvolvimento e pelo crescente número de saques ao património arqueológico (MCGIMSEY, 1972). Ao mesmo tempo que reclama por medidas legislativas que protejam os sítios arqueológicos e as peças daí furtadas, McGimsey chama a atenção para a importância de um maior envolvimento e educação do público. Os objetivos de obter uma contribuição mais efetiva da população refletir-se-iam numa melhor preservação dos vestígios do passado e na compreensão do trabalho e investigação desenvolvidos pelos arqueólogos.

Não é fácil definir Arqueologia Pública, uma vez que a Arqueologia será, em primeira instância, sempre pública, “...a Arqueologia é pública porque pertence a todos nós por lei.” (ALMANSA SÁNCHEZ, 2010:1), porque feita com dinheiros públicos e segundo políticas do poder executivo, representante da população. No entanto, põe-se a questão se toda a Arqueologia será pública, uma vez que parecem existir, nesta vertente da disciplina, áreas específicas que requerem especialização e formação particular. A Arqueologia Pública afigura-se, desta forma, como uma especialidade, mais uma, dentro da Arqueologia.

É assim que a vêm, e a distinguem na disciplina, alguns autores em trabalhos recentes: “ Se a Arqueologia tenta criar novo conhecimento do estudo da cultura material das sociedades do passado, a Arqueologia Pública pretende estudar todas as relações entre essa Arqueologia e a sociedade do presente...” (ALMANSA SÁNCHEZ, 2010:2) ou “qualquer empreendimento

no qual os arqueólogos interagem com o público, e qualquer pesquisa (prática ou teórica), que examina ou analisa as dimensões públicas de fazer arqueologia.” (MCDAVID, 2012:12). Consideram, deste modo, que a Arqueologia Pública é a especialidade que, dentro da Arqueologia, estuda a relação entre esta ciência e a Sociedade.

A esta relação não podem ser alheios os diversos aspetos que, inevitavelmente, lhe permite interagir: “A Arqueologia Pública reúne, conceitualmente, a interação do trabalho técnico-científico com os diferentes interesses e preferências culturais, políticas e económicas que derivam da sociedade pluralista e democrática” (MONTARROYOS). Deve, assim, ser estabelecido um vínculo entre a Ciência e a sociedade em geral, assente na criação e consolidação de mecanismos que permitam a convergência de interesses. Para tal é essencial demonstrar como a Arqueologia se encaixa na esfera pública, apontando os benefícios que o trabalho arqueológico e o investimento dos dinheiros públicos nesta área podem acarretar para a população.

Em tempos conturbados como os que atualmente atravessamos, em que as prioridades do dia-a-dia das populações estão mais orientadas para as necessidades básicas, o argumento de que “nem só de pão vive o Homem” começa a ser difícil de manter. Não é, pois, fácil justificar junto ao público comum o investimento na investigação arqueológica; é aqui que a Arqueologia Pública, e aqueles que a ela se dedicam, têm um papel fundamental, no fundo o seu papel, na ligação entre a Arqueologia e a Sociedade, como atrás se reconhece.

Antes de prosseguir devo sublinhar que quando me refiro a retorno recebido pela população do investimento público aplicado na investigação arqueológica, me refiro a uma restituição a curto ou médio prazo, visível na geração que decorre e nas imediatas. Considero que haverá sempre reflexos do trabalho arqueológico que chegam à sociedade, em particular quando este implica pesquisa efetiva e divulgação feita, que mais não seja, entre o meio científico; a longo prazo os diversos contributos concorrem para o conhecimento geral e, essencialmente, para a História da Humanidade.

Nos parágrafos seguintes pretende-se apresentar argumentos a favor da possibilidade de retorno do esforço exercido pela sociedade na investigação arqueológica e apontar alguns aspetos da relação entre a Arqueologia e a Sociedade. Procura-se, simultaneamente, responder à questão Qual o papel da Arqueologia na sociedade? Alguns dos temas focados serão desenvolvidos no item 3.1.2 – Educação para o Património Arqueológico, onde se analisa a promoção e divulgação da Arqueologia junto da população, e no Capítulo 4 - Propostas para uma Arqueologia mais Pública, onde se apresentam sugestões direcionadas para um território específico.

A atuação na esfera local afigura-se como a que resulta mais eficiente; por um lado, pela proximidade entre os técnicos, e os seus trabalhos, e a população e o poder local; por outro lado, pela escala em que se age que permite gerir melhor os recursos existentes e agilizar procedimentos. Neste ponto realço a importância da interação entre municípios vizinhos no sentido de potencializar esforços e repartir meios, visto muitas vezes partilharem as mesmas realidades arqueológicas que, como é óbvio, não respeitam as fronteiras administrativas atuais.

É nos planos cultural e social que se mostram mais evidentes os benefícios da investigação arqueológica. Para tal é imprescindível que se faça divulgação desse trabalho e dos dados obtidos e que se envolva a população no processo. Espera-se que essa partilha se traduza no aumento do conhecimento e no interesse pela atividade e pelo património arqueológico. Uma população informada, atenta e sensível afigura-se ser compensação bastante satisfatória para a divulgação da Arqueologia. Este pode ser o início de uma interessante relação de reciprocidade que a todos beneficia: À medida que a comunidade científica divulga e partilha conhecimento recebe, dessa população agora mais esclarecida, retorno de várias formas: Uma melhor compreensão pelo trabalho desenvolvido; participação voluntária nas atividades arqueológicas, como, por exemplo, na identificação de sítios; ou denúncia de situações em que estes correm algum risco, participando assim na proteção desse património.

A ligação criada que atrás se refere não contribui apenas para o enriquecimento cultural da população. O conhecimento do passado dos seus ascendentes e da sua região e o envolvimento, embora que ocasional, dos membros da comunidade nos trabalhos relacionados traduz-se, igualmente, num sentimento de pertença que possibilita uma melhor integração social. A formação de uma consciência atenta e detentora de conhecimento participa, ainda, para a preservação de outros valores culturais, como as diferenças culturais e religiosas ou as questões ecológicas, (“...a busca pelo passado persegue várias temáticas que atraem a atenção da sociedade e simultaneamente lhe transmitem valores de identificação e compreensão intercultural.” – OOSTERBEEK; CURA; CURA, 2006:106).

Na perspetiva económica a relação entre a Arqueologia e a Sociedade parece estar mais desequilibrada. Apesar da conjuntura atual, a preservação de testemunhos do passado e o conhecimento que advêm do trabalho arqueológico podem promover, e ter associado a si, um aporte económico, não apenas para os que diretamente nele se empregam, como para outras entidades que o podem explorar e rentabilizar.

O turismo é, penso que sem dúvida, o grande motor do que poderá ser o desenvolvimento económico associado à Arqueologia. Neste ponto a população, especialmente a que atrás

refiro, informada e conhecedora do seu património arqueológico, tem um contributo essencial a vários níveis, em particular na preservação, proteção e divulgação dos sítios arqueológicos. Porém, é o poder político quem determina as políticas seguidas, define áreas prioritárias a desenvolver e decide como são utilizadas as verbas destinadas à promoção cultural. Então, essa população pode exercer a sua ação de sensibilização junto ao poder decisor, através da promoção do património arqueológico, demonstrando a capacidade de atração que este pode gerar e sugerindo formas de atuação.

Conhecem-se vários sítios arqueológicos de grande projeção que atraem multidões, onde se fizeram avultados investimentos e à volta dos quais existe um turismo considerável que os rentabiliza, com maior ou menor sucesso. Contudo, os pequenos sítios, que só por si não têm esse potencial, podem, igualmente, ser valorizados e produzir receita, direta ou indiretamente. Para tal devem ser integrados em roteiros onde se incluam outros sítios arqueológicos e se beneficie da paisagem natural, onde eles muitas vezes se inserem, ou incluídos noutras atividades (como passeios pedestres e Arqueologia Experimental). Se a isto se associar a gastronomia e o artesanato regionais podemos ver reflexos na economia local, não unicamente no comércio (dormidas, restauração, lojas de artesanato ou outras atividades turísticas existentes), mas também no emprego de trabalhadores necessários nas escavações e na manutenção dos arqueossítios e dos seus acessos.

Vimos como a Arqueologia pode compensar, com maior ou menor vigor, a Sociedade do esforço que nela emprega. Muitos outros pontos há a analisar na relação entre a Arqueologia e a Sociedade, em especial porque a primeira se tem que confrontar com diversos aspetos da segunda, como as matérias sociais e religiosas, a educação, a política, a ética ou a gestão.

Algumas questões, que se levantam noutros países, apesar de merecerem apreciação, têm pouca expressão em Portugal; não são, portanto, aqui aprofundadas; entre elas destacam-se as que se relacionam com os nacionalismos, os confrontos étnicos, os direitos das populações indígenas (em particular a sua privacidade, em comunidades cujo modo de vida os aproxima bastante dos seus antepassados) ou o vandalismo e saque de estações arqueológicas e o comércio dos bens saqueados.

Uma questão que não terá muita representatividade em Portugal é a Pseudoarqueologia, no entanto, julgo relevante ser abordada, uma vez que parece ser potenciada pela informação sobre os trabalhos arqueológicos e pelo envolvimento da população nos mesmos, como defendo que se faça; poderá estar-se a gerar, em alguns indivíduos, a curiosidade e o apelo de agir por si, digamos que, clandestinamente. Também conhecida por Arqueologia Fantástica, procura muitas vezes o objeto, a peça rara, a cidade perdida; umas vezes pelo seu valor, outras

pelo mérito da descoberta, outras, ainda, pelo desejo de um passado glorioso para os seus antepassados e para sua região. Feita por amadores e curiosos, sem rigor científico, a informação que dela advém é descontextualizada, distorcida e pouco fiável. Acresce ainda a destruição de sítios arqueológicos causada por “escavações” não autorizadas e o comércio de bens arqueológicos, retirados, sem registo, do seu contexto original. A população tem um contributo importante a dar à Arqueologia, que deve ser incentivado; contudo, é necessário realçar junto daquela que a investigação arqueológica possui alguns aspetos específicos, onde se segue uma metodologia de trabalho e onde os dados recolhidos são, alvo de um registo rigoroso, contextualizados e estudados.

3.1.2- EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

No ponto anterior (3.1.1 – O Papel da Arqueologia na Comunidade), entre outros assuntos, faço referência à relevância da divulgação, por parte dos profissionais, dos dados obtidos nos seus trabalhos; tento, também, expor argumentos a favor da partilha de informação e das vantagens da integração da população no processo de construção do conhecimento e do discurso arqueológicos.

Neste item proponho e analiso, no essencial, formas de divulgação e de partilha desse conhecimento e meios de participação da comunidade, fundamentalmente processos de educação que contribuem para o êxito da relação entre a Arqueologia e a Sociedade. Várias pessoas e entidades (algumas delas citadas neste texto) se debruçaram sobre o tema e levaram a cabo diversas iniciativas neste campo; aqui, pretende-se dar mais um pequeno contributo, especialmente orientado para a escala local. Como elo de ligação entre este ponto e o precedente a matéria é introduzida por algumas considerações gerais sobre a prática da Arqueologia Pública e as individualidades a ela associadas.

Para enquadramento do tema começo por apresentar a definição formal da expressão Património Arqueológico, aqui muito repetida. Assim, foi convencionado na Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico, seguida pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), que Património Arqueológico é “... a porção do património material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturas e vestígios

abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 1 apud DIAS, 2011:24)

Vimos, no item anterior, que Arqueologia Pública é vista por alguns autores não como um modo especial de fazer Arqueologia para ser mostrada ao público, mas sim a interação entre esta e a sociedade e a análise da mesma. Todavia, crê-se existirem projetos que na sua origem possam ser orientados para o interesse direto da população. Assim sendo, coloca-se a questão se a Arqueologia Pública deve ser exercida por todos os arqueólogos, num ato de, digamos, responsabilidade social ou deve ser deixada para quem para ela se vocaciona. Se nos detivermos na pergunta “Qual a importância de toda a pesquisa se as pessoas para o qual é suposto esta fazer-se não a receberem e não beneficiar dela?” (ERICKSON, 2011:49) podíamos dizer que, por uma questão de consciência pública, todos os arqueólogos deveriam desenvolver a relação entre a Arqueologia e a Sociedade; a divulgação da sua pesquisa junto à população e o fomento da educação para o património arqueológico fariam, deste modo, parte das competências de qualquer arqueólogo.

Contudo, acredita-se existirem fases da investigação arqueológica à qual alguns profissionais se possam dedicar exclusivamente, cabendo a outros a divulgação do seu e de outros trabalhos junto do público. Esta função deve ser exercida diretamente com a população, lidando, igualmente, com outros profissionais, etnólogos, antropólogos, historiadores, professores ou técnicos de turismo; as áreas com que se tem que confrontar são diversas (educação, política, gestão e economia, comunicação social, Psicologia ou Filosofia, entre outras). Terá, no essencial, o papel de promover uma “Arqueologia com participação de não arqueólogos e para não arqueólogos. Uma arqueologia que interpreta e o faz de forma acessível e inteligente. Uma arqueologia como parte da cultura. Mas também uma arqueologia preocupada com o desenvolvimento local, em diversos registos, incluindo a dimensão económica.” (CALADO, M.; GONÇALVES, L.; FRANCISCO, R.; ALVIM, P.; ROCHA, L.; FERNANDES, R., 2009: 5).

Porventura, idealmente, uma parte significativa de arqueólogos devesse divulgar o seu trabalho entre a população ao mesmo tempo que existisse alguém que, a nível local, coordenasse ações. A sua atuação seria, inevitavelmente, junto da comunidade e do poder local, mas também dos colegas e das universidades, dos museus e das empresas, de outros municípios e de outras instituições. Teria uma participação fundamental na coordenação de projetos, que envolvessem as entidades atrás citadas, e a análise e execução de processos eficazes para a educação de um público diverso e abrangente para as questões do património arqueológico.

Tratando-se de educação informal, sem programa obrigatório, os seus caminhos são variados e a liberdade de atuação não está por esse lado condicionada. Ficando dependente da curiosidade e vontade de conhecer do recetor, cabe ao emissor da mensagem torna-la sedutora; esta deve ser adaptada ao público-alvo, simples, mas não paternalista ou infantilizada. O aspeto lúdico que a mensagem poderá tomar será sempre um meio pedagógico de chegar ao objetivo almejado. Deste modo é necessário criar mecanismos que atraiam a população e desenvolver processos e formas de comunicação eficazes que lhe sejam acessíveis e que promovam o interesse pelo património arqueológico.

Algumas dos procedimentos destinam-se exclusivamente a crianças e jovens; no entanto, muitas outras formas de educação dirigem-se ao público em geral. Outras, ainda, são direcionadas especial, mas não unicamente, à população adulta. Em certos casos existe, igualmente, a conveniência de diferenciar o público comum do local, o primeiro, comumente, mais interessado em informação espetacular, o segundo mais sensível a certas particularidades e merecedor de atenção específica. O esforço de adequação da mensagem visa facilitar a transmissão da informação, posto que, verdadeiramente, a intenção é abarcar o máximo de recetores possível. Todos os processos devem ser acessíveis a qualquer classe social ou formação académica, porém sem o recurso a linguagem rebuscada nem a simplismos exagerados.

Os sítios arqueológicos existentes (particularmente os que se encontram em bom estado de conservação e apresentam monumentalidade) são, definitivamente, a base de partida ideal para promover o património arqueológico na comunidade; são realidades perceptíveis e concretas, associadas a uma presença na paisagem e, muitas vezes, na memória das populações. Acerca de cada sítio arqueológico existe um manancial de informação a explorar, podendo ser valorizada pela criação de narrativas e extrapolada para outros cenários. A partir deles (estruturas e materiais) podem-se desvendar modos de vida, tecnologias e comportamentos. Daquilo que não deve ser divulgado, julgo apenas haver a destacar a presença de objetos de valor (moedas, outros metais ou outro espólio extraordinário) capazes de acender curiosidades menos inofensivas; esta informação deve ser omitida ao público por questões de segurança, uma vez que elevam o risco de vandalização e saque dos sítios em apreço.



Fig. 8 – Visita de alunos da escola do Alandroal à Rocha da Mina.

Neste contexto, como noutros em que se pretende transmitir informação, o apelo aos sentidos dinamiza a comunicação e torna a mensagem deveras eficaz: “...uma interacção com os cidadãos alicerçada numa completa utilização dos sentidos (vista, toque, audição, ...) que permita o desenvolvimento da percepção visual, simbólica dos objectos...” (OOSTERBEEK, 2006:107). Assim, há que explorar bem os diferentes meios de divulgação do património arqueológico à disposição e adequa-los aos destinatários.

As formas de divulgação indiretas, onde não existe contato entre a matéria abordada e o destinatário, adequam-se a um público vasto e fisicamente distante. Por serem muito abrangentes, a internet- e as suas redes sociais, a televisão, as revistas generalistas, os jornais e rádios nacionais são ideais para difundir novidades. A descoberta de algo invulgar e significativo, o início de escavações, a abertura de exposições ou a publicação de obras e a realização de inventos relacionados são algumas das notícias que se podem divulgar. Estas informações têm vários objetivos: Dar a conhecer património arqueológico, reforçar a autoestima das populações e atrair turistas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local. O turismo acaba por ser, igualmente, o retorno mais visível e o que permite avaliar a eficiência da mensagem transmitida.

A nível local as oportunidades de divulgação alargam-se, uma vez que se pode beneficiar das anteriormente referidas e acrescentar um conjunto variado de possibilidades. A esta escala os processos de educação mais eficazes, julgo, são os que envolvem a participação direta das pessoas; com maior ou menor intervenção o público pode sempre contar e perguntar, ver e tocar, aprender e fazer.

A intervenção junto das escolas, creio ser uma via fecunda que abrange não apenas as crianças e os jovens, a quem se destina, como os professores, os funcionários, os pais e outros familiares. Podem ser planeadas com o professor ações, dentro e fora da escola, que se enquadrem no programa escolar oficial e possam contribuir para uma melhor compreensão da matéria dada.

Dentro da sala de aulas o discurso, imprescindível, deve permitir interrupções válidas e ser sempre acompanhado de meios visuais de apoio; a apresentação de imagens, em diapositivos e filmes por exemplo, são meios que prendem a atenção, por vezes dada a dispersões, dos mais novos. Se possível, deve ser exibido espólio, uma vez que o contato direto com o objeto favorece a perceção da sua função tecnológica e intencionalidade. Podem, ainda, ser organizados concursos temáticos para os quais os alunos sejam obrigados a pesquisar; os suportes como a escrita, o desenho, a escultura ou a fotografia, por exemplo, são apropriados para, através do seu aspeto lúdico, despertar interesse para os conteúdos pedagógicos. A visita a sítios arqueológicos, de preferência precedida de intervenção na sala de aulas, possibilita, ao arqueólogo apontar aspetos que referiu, e aos alunos o contato direto com as estruturas e com a paisagem onde elas se integram; se o sítio estiver em escavação é uma oportunidade perfeita para ver os arqueólogos em ação e ficar a conhecer melhor o seu trabalho.

As visitas guiadas a sítios arqueológicos são indicadas para qualquer público, e com os mesmos objetivos; elas podem ser isoladas ou integradas em roteiros ou noutras atividades, como passeios pedestres ou todo-o-terreno – uma excelente ocasião para sensibilizar os participantes para a importância de preservar o património arqueológico.

A organização de comunicações, conferências ou encontros, em sessões abertas à população, permite aos investigadores divulgarem os trabalhos realizados acerca do património arqueológico da região; para que detenham valor pedagógico, devem possibilitar a intervenção, em espaço próprio, do público. Estes eventos concorrem, mesmo que modestamente, para o incremento da economia local, com reflexos na hotelaria, na restauração, no artesanato ou na venda de réplicas.

Deixei para o fim os vários processos de educação para o património arqueológico em que a participação da comunidade local é mais dinâmica e a sua contribuição é valiosa. Não porque

as julgue menos eficazes, muito pelo contrário, a oportunidade de interação não só concorre para a permuta de conhecimento como cria um forte sentimento de pertença e de autoestima, fatores que facilitam grandemente o relacionamento entre a Arqueologia e a população: “...a prática desta disciplina combina tecnologias complexas com um forte envolvimento de pessoas com formações específicas, sendo os cidadãos, jovens ou não, atraídos pela possibilidade de participar em algumas fases de investigação arqueológica (nomeadamente escavações) e na construção do conhecimento científico. Ao possibilitar esta participação, a arqueologia coloca os cidadãos numa verdadeira encruzilhada de conhecimentos humanos e científicos.” (OOSTERBEEK, 2006:106).

A participação em escavações arqueológicas, principalmente de jovens, é, talvez, a forma de envolvimento direto da população até ao momento mais recorrente. Tratando-se de uma atividade que se socorre de métodos científicos é, portanto, conduzida por especialistas e são estes que gerem as várias fases do trabalho; contudo, existem tarefas que podem ser executadas por voluntários ou trabalhadores indiferenciados (A contratação de trabalhadores locais é recomendada porque, por um lado, alarga o leque de pessoas pertencentes à comunidade abrangidas pela ação e, por outro, constitui um contributo económico para a mesma).

As possibilidades que a Arqueologia Experimental oferece, dentro do contexto que aqui nos ocupa, merecem destaque: São variadas, muito estimulantes e eficazes; permitem abordar qualquer período cronológico e envolver vários setores da população; têm um carácter lúdico, pedagógico, social e económico não despiciendo; para além de, naturalmente, atingirem os objetivos pretendidos para cada processo proposto. A juntar a isto, a experimentação, mesmo que executada por principiantes, resulta muito produtiva do ponto de vista da compreensão dos métodos tecnológicos e matérias-primas utilizados no passado; ou seja, acrescenta um aporte considerável ao conhecimento científico.

Entre as potencialidades da Arqueologia Experimental realça-se: A reconstituição de estruturas e o ensaio de materiais, técnicas e cenários, com ela relacionados; a produção de peças, por vezes incluindo a procura da matéria-prima desde a origem; ou a reconstituição de procedimentos e comportamentos (rituais, artísticos, lúdicos ou alimentares, por exemplo).

Nalgumas destas atividades é imprescindível o contributo dos artífices locais e daqueles que dominam os velhos ofícios (oleiros, cesteiros, alvenéus, moleiros, ferreiros, etc.). Os mais velhos são, igualmente, indispensáveis para compreensão de aspetos tão variados como crenças, jogos, utilização de plantas aromáticas e medicinais, em especial aqueles que caíram em desuso e dos quais só se conserva o registo oral. Esta circunstância configura uma

oportunidade invulgar de pôr em contato as várias gerações, numa troca de saberes e experiências de valor social significativo.

A informação oral merece menção como a participação da população local na atividade arqueológica que é reflexo, quase sempre, de uma relação pré-existente; isto é, de alguma forma aos intervenientes já lhe chegou alguma informação, estão sensibilizados e já se interessam. São sobretudo, mas não exclusivamente, as gentes do campo, ou que dele mais usufruem, os melhores informadores; pastores, caseiros, guardas florestais, agricultores ou pescadores; não só sinalizam sítios arqueológicos novos como informam os responsáveis do seu estado de conservação, condições dos acessos, movimentação de máquinas nas proximidades ou atos de vandalismo. Esta sua função descomprometida torna-os cúmplices na preservação do património arqueológico.

Para terminar faço uma breve referência a algumas formas de Arqueologia Pública feita por não arqueólogos com impacto considerável. Jogos de computador ou filmes e obras literárias de ficção histórica são meios de difusão bastantes eficazes, sendo alguns deles de grande rigor histórico. “Os últimos dias de Pompeia”, o livro e o filme, “A Voz dos Deuses” de João Aguiar ou “ Memórias de Adriano” escrito por Marguerite Yourcenar, são alguns dos exemplos de obras mediáticas que levaram a um vasto público assuntos relacionados com a Arqueologia.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DE JOVENS NA REVISÃO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALANDROAL

3.2.1 – OBJETIVOS

A participação de jovens residentes no concelho do Alandroal no projeto da Revisão da Carta Arqueológica pretende ser, essencialmente, uma ação de Arqueologia Pública; o envolvimento de alguns membros da população jovem na prospeção constitui uma oportunidade de fazer Arqueologia com a colaboração direta de não arqueólogos. Tenciona-se que esta inclusão, através do conhecimento e da experiência nela adquirida, contribua para a criação de alicerces necessários para uma relação madura entre a comunidade local e o

património arqueológico e, assim, para a formação de cidadãos interessados e sensibilizados para as questões relacionadas.

Ao mesmo tempo, intenta-se testar e analisar formas de educação para o património arqueológico; através da observação dos resultados obtidos procura-se tirar algumas conclusões (apresentadas no ponto 3.2.4 - Análises dos Questionários) quanto ao conteúdo das atividades levadas a cabo com os colaboradores, avaliar a sua eficácia e examinar formas de abordagem e linguagem utilizadas.



Fig. 9 – Grupo de jovens colaboradores na Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal.

No que respeita aos objetivos particulares para cada etapa do processo, os questionários constituem um ensaio para aferir a eficácia dos meios utilizados. Este suporte de análise não tem qualquer propósito estatístico, dada a fraca dimensão da amostra e a participação de jovens que, à partida, já demonstram interesse ou curiosidade pelo tema, uma vez que colaboram no projeto como voluntários.

O Questionário 1, efetuado antes das atividades, pretende avaliar o conhecimento que cada jovem possui sobre: O território do concelho e as suas realidades histórico/arqueológicas; noções de Património, Arqueologia e atividade arqueológica; aferir o papel que as questões do património histórico ou arqueológico ocupam na vida destes jovens, e de que modo eles interagem com esse património.

O Questionário 2 tem como objetivo geral confrontar a atitude do colaborador perante o património, em especial o do seu concelho, após a participação no projeto. As atividades desenvolvidas são avaliadas através de uma análise comparativa entre este e o primeiro questionário.

Os objetivos específicos da atividade principal, a prospeção arqueológica, para além do óbvio, a deteção de novos sítios, são variados: Proporcionar o contato com a paisagem e estimular a relação com esta; dar a conhecer o território e os principais sítios arqueológicos; sensibilizar para algumas questões específicas relacionadas com o património arqueológico do concelho; fornecer noções básicas sobre os vários vestígios existentes (estruturas, cerâmicas, líticos, etc.), períodos cronológicos (modo de vida, tecnologia, religião, arte), cartografia e técnicas de prospeção.

O uso de material didático de apoio tem a intenção de tornar a mensagem apelativa. Para tal foram realizadas duas breves apresentações em diapositivos (Power Point), uma sobre projeto da Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal (Anexo 3) e outra apresentando o trabalho do arqueólogo (Anexo 4). O glossário de palavras relacionadas com o mundo da Arqueologia visa permitir ao colaborador alargar o seu conhecimento e ficar mais à vontade perante a terminologia utilizada.

3.2.2 – METODOLOGIA

A colaboração de jovens no projeto da Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal é dividida em três partes principais: A elaboração do Questionário 1, a participação nas atividades (prospeções arqueológicas e consulta do material didático) e a execução do segundo questionário.

Os questionários foram efetuados a seis jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos de idade (discentes do 7º, 8º e 9º ano de escolaridade), residentes no concelho do Alandroal. As perguntas colocadas foram elaboradas tendo em vista os objectivos determinados e a idade e grau de ensino dos indivíduos.

Numa primeira fase os colaboradores preenchem individualmente o Questionário 1, identificando-se e sem recorrer a qualquer tipo de consulta; é solicitado aos jovens que respondam a todas as questões e de forma sucinta. A partir da observação dos resultados obtidos foi efetuado um balanço geral sobre a posição dos jovens em relação ao património

arqueológico; da análise às respostas dadas resultam, igualmente, algumas orientações finais para as atividades programadas.

Após a participação nas atividades propostas foi preenchido, igualmente sem recurso a consulta, o Questionário 2, onde se repete a maior parte das perguntas do primeiro. Foi de seguida feita a confrontação das respostas dadas por cada colaborador nos dois questionários. Entre o primeiro e o segundo questionário efetuado a cada jovem são desenvolvidas atividades, sendo a prospeção arqueológica a principal. Neste caso é aplicada a metodologia vulgarmente utilizada para a prospeção arqueológica seletiva, não sendo recolhido espólio. Em cada saída ao campo são abordados, informalmente e através de diálogo, alguns temas estabelecidos nos objetivos.

Nas apresentações em diapositivos optou-se por ensaiar duas sequências distintas: Uma, curta e sintética, onde predominou a imagem; outra, mais extensa e descritiva, socorreu-se da linguagem escrita apoiada na imagem.

O Glossário foi realizado recorrendo a várias fontes. O texto pretende ser simples mas adequado à faixa etária; Foi acompanhado por imagens, algumas delas de exemplos locais para facilitar a identificação com o conteúdo escrito.

3.2.3 -ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.2.3.1– Aprender a paisagem, conhecer o concelho

A paisagem, como comumente a ela nos referimos, não é somente o espaço físico que a vista abrange; é o meio onde vivências de grupos e indivíduos constroem memórias ao longo da História, na sua dimensão material e simbólica. A paisagem, captada conforme as experiências que se têm em relação a esse espaço, pode ser interpretada como “as realidades espaciais que são socialmente percebidas, experimentadas e conceptualizadas” (VALERA, 2000:116).

Alguns dos aspetos físicos da paisagem tornam óbvia a presença humana, como seja a existência de recursos, a defensibilidade natural ou a acessibilidade; outros apresentam características singulares que os transportam através da memória coletiva assinalando o significado simbólico ou mágico-religioso que lhe é inerente.



Fig. 9 - Aprender a Paisagem: Prospecção.

O simbolismo que alguns lugares carregam permanece na memória coletiva ostentando uma espécie de biografia, quer dizer, para além da intenção com que foram primeiramente construídos ou utilizados eles continuam a ser vividos, transformados e interpretados, persistem na paisagem não apenas reproduzindo o passado, mas também integrando o presente.

A prospecção arqueológica é uma oportunidade para estabelecer contato com a paisagem, decifrá-la e interpretá-la; aliás, a metodologia seguida assim o recomenda.

Ao participar nesta atividade os colaboradores não fizeram apenas passeios divertidos pelo campo; os achados, o convívio com a natureza, os pequenos casos e aventuras, criaram no grupo as suas próprias memórias, associadas a “realidades espaciais” pelas experiências vividas. O confronto do grupo com o seu próprio caso permitiu que participasse na reflexão resumida nos primeiros parágrafos. Este processo tende a facilitar a compreensão dos critérios usados na prospecção arqueológica seletiva.

Como concelho predominantemente rural, o território do Alandroal é, ainda, muito marcado pelos elementos naturais, e são eles a grande referência na paisagem. Em cada saída de campo percorreram-se realidades paisagísticas diversas, de modo a alargar a perceção espacial do território e assinalar esses elementos marcantes.

A procura de sítios arqueológicos inéditos constituiu, não só um ensejo para conhecer alguns já há muito encontrados, mas também a oportunidade e o cenário ideais para abordar alguns dos temas referidos nos objetivos para esta atividade.

O aspeto lúdico da prospeção é incontestável; a perspetiva da descoberta, o passeio no campo ou o seguir o mapa são atividades que entusiasma e seduzem, muito mais quando falamos de crianças e jovens. Este fator é um elemento fundamental de aproximação entre a Arqueologia e a população.

3.2.3.2– Material de Apoio

O apelo aos sentidos é fortemente utilizado, em vários meios, para fazer passar a mensagem pretendida. Esse recurso, basilar por exemplo na publicidade, é ilimitado e pode ser explorado de inúmeras formas. A visão e a audição, principalmente, são chamadas a reagir a estímulos cada vez mais atrativos e eficazes. A atenção dos jovens, tal como dos adultos, está constantemente a ser solicitada para diversos conteúdos apelativos, dinâmicos e inovadores.

Nas duas apresentações de diapositivos usadas como apoio pretende-se chamar a atenção para a mensagem usando, principalmente, a imagem; os temas abordados foram escolhidos por, para além de se serem relevantes, permitirem a síntese do texto e a utilização de imagens esclarecedoras.

Durante o projeto de participação dos jovens na Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal foi possível apelar a outros sentidos, que os meios habituais de divulgação não conseguem atingir. No campo, o toque e o cheiro também são estimulados; o contato direto e ativo com os elementos incentiva o interesse pelo tema, neste caso o património arqueológico.

O texto corrido é talvez o meio de passar mensagem que menos atrai os jovens; como vimos, habituados ao apelo da imagem, a palavra escrita dificilmente lhe prende a atenção. O Glossário (Anexo 2), que também tem algumas imagens, é um conjunto de textos sucintos, que se querem simples mas concisos.

3.2.4 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A análise dos questionários preenchidos pelos colaboradores no projeto da Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal não é, de modo nenhum, quantitativa; não foram previamente estabelecidos parâmetros para medir este ou aquele resultado, nem foram definidos critérios para chegar a determinadas conclusões. O que aqui se faz é um conjunto de anotações face ao observado nos doze questionários, seguindo os objetivos requeridos para esta ação.

No Questionário 1, efetuado antes das atividades, os colaboradores revelaram conhecer mal o território do concelho; as suas referências geográficas são orientadas pelas vias principais que ligam o local de residência aos maiores aglomerados urbanos da região, não tendo sido apontado qualquer elemento natural. As noções de sítio e património arqueológicos são muito vagas, assim como as de Arqueologia ou da atividade arqueológica; a alusão ao passado e às “coisas antigas”, frágeis e valiosas é muito recorrente. O completo desconhecimento em relação aos arqueossítios do concelho repetiu-se no que diz respeito aos localizados fora; apenas se fazem duas referências a visitas de estudo a locais históricos ou arqueológicos, que não ficaram na memória. Os jovens não tiveram qualquer contato marcante com o património arqueológico; as questões com ele relacionadas são-lhe, não apenas alheias, mas sobretudo, desconhecidas. A escola parece não promover as clássicas visitas a Conímbriga, a Troia, ao templo romano de Évora ou ao Cromeleque dos Almendres; do mesmo modo, a imagem de Endovélico, que a nível local tem alguma projeção, não lhe foi dado a conhecer.

Estas observações serviram de indicação para as atividades propostas, uma vez que alguns pontos estavam em aberto e dependentes das mesmas: Foi escolhido o tema de uma das apresentações de diapositivos e aperfeiçoado o glossário; prepararam-se as saídas de campo seguindo algumas conclusões face ao primeiro questionário; decidiu-se o rumo a dar à abordagem mais informal, baseado no diálogo.

No final das atividades foi preenchido o segundo questionário, quase idêntico ao primeiro. Confrontaram-se as respostas de cada um dos colaboradores nos dois questionários, o que voltou a permitir fazer algumas observações, desta vez acerca da eficácia das atividades desenvolvidas.

O envolvimento de jovens no projeto de Revisão da Carta Arqueológica do Alandroal, julgo, resultou bastante positivo e deu frutos; era essa a perceção que se tinha após o trabalho de campo, confirmada depois pelo segundo questionário. Os participantes mostraram, em geral, uma atitude mais madura em relação às perguntas colocadas e um claro aumento do interesse pelas questões do património arqueológico. Foram dadas respostas bastante mais

desenvolvidas, onde se notou a influência do material de apoio fornecido e o reflexo das conversas tidas durante as saídas de campo.

O território do concelho foi, talvez, o tema onde os jovens se mantiveram pouco esclarecidos; a maioria continuou sem referir as grandes marcas naturais da paisagem, nem responder aos outros pontos da questão. A mensagem sobre a importância do património arqueológico para o desenvolvimento do concelho parece, também, não ter sido eficaz; a maior parte dos colaboradores persiste em não ter opinião, nem fazer sugestões. Todavia, as restantes respostas, na generalidade, demonstram a apreensão dos conteúdos definidos nos objetivos.

A partir das observações conseguidas há a fazer algumas curtas considerações. O diálogo informal resultou bastante bem no que concerne ao aumento de interesse e conhecimento sobre o património arqueológico do concelho, a Arqueologia e as várias funções do arqueólogo; para tal também devem ter contribuído o glossário e as apresentações de diapositivos. Os diversos aspetos relacionados com o concelho, mal captados, deveriam ter sido alvo de uma sequência de diapositivos, principalmente apoiada em mapas.

De algum modo, o primeiro questionário mostra que se partiu quase do zero, o interesse pelo tema era algum, mas a informação nenhuma; o modesto conhecimento transmitido facilmente se refletiu no segundo questionário.

4 PROPOSTAS PARA UMA ARQUEOLOGIA MAIS PÚBLICA

Desde os alvares da arqueologia, como campo de conhecimento autônomo, esteve presente a consciência da necessidade de que os resultados da investigação ultrapassassem os círculos restritos dos investigadores e outros frequentadores dos congressos. Esse papel, no século XIX, coube sobretudo aos Museus, enquanto transmissores do saber acadêmico (Calado, 2012).

O estatuto institucional dos arqueólogos, assim como os próprios conceitos de museologia (e de arqueologia...) foram mudando, em paralelo com outras mudanças profundas nas sociedades.

Os Museus e as Academias, instituições conservadoras por natureza, deixaram de ser os únicos líderes incontestados do discurso arqueológico: outras instâncias entraram em cena e, de entre essas, cabe referir, sobretudo, o papel crescente das autarquias, das associações e, mais recentemente, das próprias empresas, num mundo multipolar e dinâmico.

Hoje em dia, tirando raras exceções, a arqueologia é financiada por dinheiros públicos ou por dinheiros privados, por exigência dos poderes públicos.

Num número especial da revista eletrônica da Associação Profissional de Arqueólogos (APA), dedicado a esta temática, escrevia-se, no Editorial, que se ouvem “cada vez mais as vozes dos arqueólogos reclamando a necessidade da divulgação a par da investigação, enaltecendo a importância do retorno social dos trabalhos arqueológicos” (Almeida, 2008).

O fator determinante desta atitude radica, em boa parte, “no exercício da cidadania em contexto democrático, onde os cidadãos são convocados a participar em processos decisórios” (Valera, 2008: 12).

A gestão da informação e a comunicação são, certamente questões estruturantes neste debate. Na verdade, as “instituições universitárias são, por tradição, concebidas para transformar um sujeito, que pertencia ao ‘grande público’, (se) não num especialista, pelo menos num iniciado a uma área específica do saber, capaz de decifrar e de construir mensagens em códigos

próprios, inteligíveis pelos seus pares, mas não necessariamente acessíveis aos não-iniciados.” (Diniz, 2008: 25).

Existem, indiscutivelmente, muitas formas e receitas para criar uma arqueologia mais pública: ao longo deste trabalho, foram exploradas algumas das vias, num contexto específico, que poderíamos designar como arqueologia local/regional, embora enquadrada numa dinâmica académica. Trata-se de um trabalho arqueológico de base (a revisão de uma Carta Arqueológica) que serviu de pretexto para uma experiência prática, no contexto da Arqueologia Pública, assim como para uma reflexão sobre o processo.

A título de conclusão geral, uma arqueologia será tanto mais pública, quanto mais os arqueólogos se assumirem como cidadãos.

De uma forma mais específica, e num contexto de crise económica e social, a dimensão turística do património arqueológico, está na ordem do dia. Não duvido de que a sociedade deva apoiar, na medida das suas possibilidades, a investigação pura e dura, nomeadamente aquela que não tem, pelo menos no imediato, efeitos fora da esfera académica; para esse apoio existem instituições como o Ministério da Ciência e da Tecnologia, as Universidades, entre outras.

Porém, acho que, mesmo nesse registo, é preferível, em tempo de crise, os investigadores, como cidadãos, focarem os seus trabalhos em temas cuja relevância social e económica possa dar um contributo positivo, para além do conhecimento científico...

Uma arqueologia local, interventiva, terá que ter sempre uma base institucional de nível autárquico e parcerias com instituições académicas e outras.

Nos anos 80 e 90, o movimento associativo foi responsável, a nível local/regional, por uma série de dinâmicas na área da arqueologia pública, que, entretanto, esmoreceram ou se extinguiram. Exemplos como o CAM-Campo Arqueológico de Mértola, o GEO- Grupo de Estudos da Serra d’Ossa, o GAMA- Grupo de Amigos da Serra do Mendro, a Arquiz- Associação de Arqueologia do Alandroal, entre outras, funcionaram como dinamizadores da formação de jovens, através de programas específicos, e da divulgação do património arqueológico, em geral. Recuperar conceitos de voluntariado, em contexto associativo, numa atividade atraente como é a arqueologia, pode ser um dos caminhos a seguir.

O trabalho que agora se apresenta, não é um produto acabado: trata-se de um primeiro passo que, desejavelmente, terá desenvolvimentos futuros.

O Alandroal tem uma personalidade fortíssima, em termos arqueológicos. Recordo, a este propósito, que José Leite de Vasconcellos, o pai da arqueologia portuguesa, confessou ter

decidido dedicar-se à arqueologia, na sequência da “descoberta” do santuário de Endovélico...

Que Endovélico, o antigo deus destas terras, nos inspire!

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, J (1985) – *A voz dos Deuses*. Lisboa: Edições Asa.
- AGUIAR, J. (1994) – *A Hora de Sertório*. Lisboa: Edições Asa.
- ALARCÃO, J. (1978) – Vidros Romanos do Alentejo, no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Conimbriga*. Coimbra. Nº 17, p. 101-112.
- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris &Phillips.
- ALLAN J. C. (1965) – A Mineração em Portugal na Antiguidade. *Boletim de Minas*. Lisboa. Nº 2.
- ALMEIDA, D. F. (1962) – Arte Visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: n.s. IV, p. 5 – 278.
- ALMEIDA, F. (2002) – *Estudo das Ocupações paleolíticas de toda a área do Regolfo Relatório síntese da 1ª fase do processo de Minimização*. Núcleo de Estudos de Pré-História antiga da Faculdade de Letras de Lisboa e sociedade Torrejana de espeleologia e arqueologia.
- ALMEIDA, J. (1947) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Lisboa.
- ALMEIDA, M. J. (2008) - Avaliação de impactes e Património Cultural: Que papel para o para o arqueólogo e para o património arqueológico? *Praxis Arqueológica*. Lisboa, p. 161-166.
- ARNAUD, J. (1970) – O “Castelo Velho” de Veiros (Estremoz). Campanha preliminar de escavações de 1969. *Actas das 1ªs Jornadas Arqueológicas*. Lisboa.
- ARNAUD, J. (1971) – Os povoados “neo-eneolíticos” de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa), notícia preliminar. *Actas do 2º Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra.
- ARNAUD, J. (1979) – Coroa do Frade. *Madri der Mitteilunge*. Heidelberg. Nº 20.
- ARRUDA, A. M. (2004) – A Idade do Ferro no Centro/Sul. Povoados e necrópoles. Periodizações e evolução cronológica/cultural. Problemas e perspectivas. In MEDINA, J. (ed.) (2004) – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. Vol. II, p. 155-198.
- ASHMORE, W.; KNAPP, A. B. (1999) - *Archaeologies of Landscape, Contemporary Perspectives*. Oxford: Blackwell Publishers.

- AZEVEDO, P. A. (1896) – Extractos Archeologicos da “Memórias Parochiaes de 1758”. *O Archeologo Português*. Lisboa. I Série, Vol. II, 5, p. 136 - 141.
- BLAZQUEZ, J. (1991) – *Religiones en la España Antigua*. Madrid: Catedra.
- BAPTISTA, A. M. (20202) – Arte Rupestre em Portugal. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II^a Série, nº 11, p. 159-165.
- BUENO, P. (2009) - Ancestros e Imagenes Antropomórficas Muebles en el Âmbito del Megalitismo Occidental: Las Placas Decoradas. Actas das jornadas *Los Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las Primeras sociedades Campesinas*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- CALADO, M. (1993a) – A necrópole dolménica do Lucas (Terena, Alandroal). *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa.
- CALADO, M. (1993b) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (1996) - Endovélico e Rocha da Mina – O contexto arqueológico. *Ophiussa*. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, p. 97 – 108.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (1998) - *Prospeções na margem direita do Guadiana - Relatório intercalar dos trabalhos arqueológicos no âmbito do plano de Minimização de impactes sobre o Património Arqueológico do Regolfo do Alqueva*. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa.
- CALADO, M.; BARRADAS, M.; MATALOTO, R. (1999) - Povoamento Proto-histórico no Alentejo Central. *Revista de Guimarães*. Volume especial – Actas do Congresso de Proto-História Europeia, p. 363 – 386.
- CALADO, M. (2001) – Da Serra d`Ossa ao Guadiana. Um estudo de Pré-história Regional. *Trabalhos de Arqueologia 19*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica de Redondo*. Redondo: Câmara Municipal do Redondo.
- CALADO, M. (2002) - Povoamento Pré e Proto-histórico da margem direita do Guadiana. *Al-madan*. Almada. II série. Nº 11, p. 122 – 127.
- CALADO, M. (2004a) – *Menires do Alentejo Central. Génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CALADO, M.; ROCHA, A. (2004b) - *Relatório da escavação do povoado pré-histórico das Águas Frias – Rosário, Campanha 1 (2003/2004)*. Borba.

- CALADO, Manuel (2006) - Alentejo. *Territórios da Pré-história em Portugal* (Dirigido por L. Oosterbeek). *Arkeos*. Nº18.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (2007a) - As Primeiras Sociedades Camponesas no Alentejo Central: a Evolução do Povoamento. In CERRILLO, E.; VALADÉS, J. - *Los Primeros Campesinos de La Raya. Aportaciones recientes al conocimiento del Neolítico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo*. Memorias 6. Cáceres, p. 29 – 46.
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A. (2007b) - Povoamento Proto-histórico na margem direita do regolho do Alqueva. *Arqueologia de la tierra. Paisagens rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres, p. 129-179.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2008) – O post orientalizante da margem direita do regolho de Alqueva (Alentejo Central) in ÁVILA, J (ed.) - *Siderum Ana I, El Rio Guadiana en época post orientalizante*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 185-218.
- CALADO, M.; GONÇALVES, L.; FRANCISCO, R.; ROCHA, L.; FERNANDES, R. (2009) – *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- CARDOSO, A. S. S. (2005) - *Contributos para uma hermenêutica da Paisagem*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- CARNEIRO, A. (2005) – *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Fronteira: Edições Colibri e Câmara Municipal de Fronteira.
- CARNEIRO, A. (2008) - *Itinerários Romanos do Alentejo. Uma releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio” de Mário Saa, cinquenta anos depois*. Lisboa: Edições Colibri e CCDRA.
- Carta Mineira de Portugal (1960) – (1:500.000). Lisboa: S.G.P.
- CARVALHOSA, A; GONÇALVES, F., OLIVEIRA, V. (1987) – *Carta Geológica de Portugal*. Notícia explicativa da folha 36-D, Redondo. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CARVALHOSA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1991) – *Carta Geológica de Portugal*. Notícia explicativa da folha 0-B, Reguengos de Monsaraz. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CERRILLO MARTÍN, E. (2010). La Lusitania interior: Un paisaje romanizado. In GORGES, G.; NOGALES, T. (dir.) – *Origen de la Lusitania Romana (siglos I a. C. – I d. C.)*. VIIª Table Ronde Internationale sur la Lusitanie romaine. Toulouse – Mérida, p. 489 - 504.
- CORBISHLEY, M. (1999) - The National Curriculum: Help or hindrance to the introduction of Archeology in schools? *Bournemouth University School of Conservation Sciences*

- Occasional Paper 4: Communicating Archeology*. Beavis, J. and a Hunt, A. (eds). London: Oxbow Books, p 71-78.
- DIAS, M. M. A.; COELHO, L. (1995-1997) – Endovélico: Caracterização social da romanidade dos cultuantes e do seu santuário (São Miguel da Mota, Terena, Alandroal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. Vols. XIII a XV, p. 233-265.
- DIAS, Z. (2011) – (In) *Visibilidade Regional Contribuição para a Carta Arqueológica do Distrito de Ilha e Santana*. Macapá: UEAP (dissertação policopiada).
- DINIZ, M. (1993a) – O Mesolítico. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S. (eds.) – *História de Portugal*. Vol. I. Amadora: Ediclube. p. 247-277.
- DINIZ, M. (1993b) – O Neolítico. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S., eds. – *História de Portugal*. Vol. I. Amadora: Ediclube, p. 297-333.
- DINIZ, M. (2008) – Arqueologia; Divulgação; Universidade: Palavras-chave para um contrato social. *Praxis Arqueológica*. Lisboa, p. 25-30.
- DORMERGUE, C. (1987) – *Catalogue des Mines et des Fonderies Antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid: Difusion de Bocard.
- ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra.
- ESPANCA, P. J. (1883) – *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa.
- ESPANCA, P. J. (1894) – *Estudo sobre as antas e os seus congéneres*. Vila Viçosa.
- ESPANCA, P. J. (1895) – Monumento sepulcral de Juromenha. *O Archeologo Português*. Vol. I, p. 216-217.
- ESPANCA, T. (1975) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa, VII.
- FEIO M. (1983) – O Relevo da serra d `Ossa: Uma Interpretação Tectónica. *Finsterra*. Lisboa. Vol. XVIII, nº 35.
- FERNANDEZ GOMEZ, F. (1973) – El Santuário de Postoloboso (Candeleda, Avila). *Noticiário Arqueológico Hispânico*. Madrid. II, p. 1 -101.
- FERREIRA, O. V. (1970) – *La Metallurgie Primitive au Portugal pendant l `Époque Chalcolithique*. Lion.
- FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M.; NORTH C. T. (1973) – A estação paleolítica do Monte Branco (Juromenha). *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação de arqueólogos Portugueses, p. 27-60.
- GOMES, S. M.; BRAZUNA, S.; MACEDO, M. (2002) – Ocupações Romanas na Margem direita do guadiana. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 134-138.

- GONÇALVES, F. (1970) – *Carta Geológica de Portugal*. Notícia explicativa da folha 37-A. Estremoz. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, F. (1988) – *Carta Geológica de Portugal*. Folha 36-D, Redondo. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES V. S.; CALADO M.; ROCHA L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: O antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. Vol. IX-X.
- GONÇALVES V. S.; CALADO M. (1988) – Modalidades de povoamento do Neolítico Final e do Calcolítico das terras da Vidigueira. *II Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo*. Castro Verde.
- GONÇALVES, M. J. - Arqueologia no Concelho de Silves. O Contributo Pioneiro de Estácio da Veiga. *Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve. XELB 7*, p. 421 – 434.
- GONÇALVES, V. S. (1993) – As Práticas Funerárias nas Sociedades do 4º e 3º Milénios. O Megalitismo. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S. (eds.) – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube. Vol. I, p. 461-519.
- GONÇALVES, V. S. (2003), Manifestações do Sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular: 4. A “Síndrome das Placas Loucas”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. VI, nº 1, p. 131-157.
- GONÇALVES, V. S. (2004) - Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. VII, nº 1, p. 165-183.
- GONÇALVES, Victor S. (2006) - Manifestação do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 7. As placas híbridas. Definição do conceito. Alguns poucos exemplos. De novo, os possíveis significados das placas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. IX, nº 2, p. 27-59.
- GRANJEIA, C.; MATIAS, M. S. (2004) -Técnicas de georadar em prospecção arqueológica: Ançã e S. Martinho de Árvore. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. VII, nº 2, 427-434.
- GUERRA, A.; SCHATNER, T.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. (2003) - Novas investigações no Santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): A campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. VI, nº 2, p. 415 – 479.

- HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. (1999) - Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial.
- LAMBRINO, S (1951) – L. Fulcinus Trio, gouverneur de Lusitanie sur une tabua patronatos de Juromenha. *O Archeologo Português*. Lisboa. II Série, Vol. I, p. 151-169.
- LAMBRINO, S (1952) – Le Dieu Lusitanien Endovellicus. *Bulletin des Études Portugaises*. Lisboa. N° 15, p 93-147.
- LANÇA, M. J. (2003) - No Tempo dos Moinhos do Guadiana e outros Tempos, *Colecção Memórias d 'Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva*, Vol. III, Beja: EDIA.
- LILLIOS, K. (2002) - Some New Views of the Engraved Slate Plaques of Southwest Iberia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. V, nº 2, p 135-151.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1948-1949) – Antas dos Arredores de Évora. *Cidade de Évora*. Évora.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto de Ata Cultura.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1955) - *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- MACIEL M. e T. (1985) – Fragmento de ara a Endovélico, de Juromenha Conventus Pacensis). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. N° 15, p. 64.
- MCGIMSEY, C. R. (1972) – *Public Archaeology*. New York: Seminar Press.
- MANZADO, F. (2007) - Turismo Arqueológico: Diagnóstico e Análise do Produto Arqueoturístico. *Revista de Turismo e património Cultural*. Vol. V, nº1, p. 99 – 109.
- MARQUES, J.; GÓMEZ, S.; GRILO, C.; ÁLVARO, R.; LOPES, G. (2009) – Cerâmica e Povoamento Rural Medieval no troço médio-inferior do vale do guadiana (Alentejo, Portugal). *Atti del IX Congresso Internazionale sula Cerâmica Medievale nel Mediterraneo*. Veneza.
- MARTÍN BRAVO, A. (1999) - *Los Orígenes de Lusitania. El I milénio en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la História, p. 201-278.
- MARTIN VALLS, R.; DELIBES DE CASTRO, G. (1975) – Problemas en torno de la primera edad del hierro en el sector occidental de la Meseta Norte. *Actas do XIII Congresso Nacional de Arqueologia*. Zaragoza, p. 545-550.
- MATALOTO, R. (2002) - Fortins e recinto-torre do Alto Alentejo, antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. V, nº1, p. 161 – 220.

- MATALOTO, R. (2004a) - Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da serra d'Ossa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. VII, nº 2, p. 139-173.
- MATALOTO, R. (2004b) – Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a C. do Alentejo Central. *Trabalhos e Arqueologia*, 37. Lisboa: IGESPAR.
- MATALOTO, R. (2007) - Paisagem, Memória e Identidade; Tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. X, nº 1, p. 22 – 38.
- MATALOTO, R. (2010). O 4º e 0 3º milénio no povoado do São Pedro (Redondo, Alentejo Central): Fortificação e povoamento na planície Centro Alentejana. In GONCALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (eds.) - *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: O 4º e 3º ane*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 263 – 295.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C. (2008) - O povoado Calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. XI, nº 2, p. 5 – 27.
- MATSUDA, A (2004) – The concept of “the public” and the aims of Public Archeology. *Paper for the Institute of Archeology*. Nº15, p. 66-76.
- MERRIMAN, N. (2004) - Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. In MERRIMAN, N. (org) - *Public Archaeology*. London: Routledge, p. 1-18.
- MOITA I. (1956) – Subsídio para o Estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: n.s. III.
- MOITA I. (1965) – Sobrevivência de Cultos de Origem Remota no Interior do Alentejo. *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*. Lisboa.
- MOITA I. (1971) – Povoados, redutos e santuários castrenses (ensaio de classificação). *Actas do II congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação. 1, p. 271-281.
- MOLINA, I. (1980) – El Poblado del Bronce I, el Lobo (Badajoz). *Noticiário Arqueológico Hispanico*.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica comum de Necrópoles do alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NUNES, M.; SOUSA, L.; GONÇALVES, C. (2008) – *Carta Arqueológica do Concelho da Lousada*. Lousada: Câmara Municipal da Lousada.
- OOSTERBEEK, L.; CURA, S.; CURA, P. (2006) - Educação, criatividade e cidadania no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. *Revista de Arqueologia*. Nº19, p. 103-110.
- OLIVEIRA, A.C.; SILVA, A.R. (2000) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.

- PAÇO, A. (1964) – A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa. *Arqueologia e História*. Lisboa. VIII Série, Vol. XI.
- PERDIGÃO, J.C. (1971) – *Carta Geológica de Portugal*. Notícia explicativa da folha 41-A, Monsaraz. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- PERDIGÃO, J.C. (1976) – *Carta Geológica de Portugal*. Notícia explicativa da folha 37-C, Juromenha. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- PEREIRA, J. (2006) – *Carta Arqueológica de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém.
- PESTANA M. I. (1984) – Cinco castelos do Alto Guadiana – história, turismo e consequências. *II Congresso sobre monumentos militares portugueses (1983)*. Lisboa: Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura, p. 208-212.
- PICANÇO, A. (2011) A valorização do Patrimônio Arqueológico na escola: Educação Patrimonial como ferramenta para a promoção do conhecimento no ambiente escolar. Monografia de Especialização. Macapá: Universidade do Estado do Amapá.
- PINHEIRO, A.; GONÇALVES, L. J.; CALADO, M. (2011) – *Património Arqueológico e Cultura Indígena*. Teresina: EDUFPI; Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.
- Quadro Geral de Referência (1996). Beja: EDIA.
- RAPOSO L.; SILVA A. C. (1980-1981) – A estação "languedocense" do Xerez de Baixo (Guadiana). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. Vol. VI - VII, p. 47-48.
- RIBEIRO, O. (1987) – *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*. Lisboa: Ed. Sá da Costa.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. (1987) – *Geografia de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- RIBEIRO, M. C. F. (2001) - *A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico*. Dissertação submetida à Universidade do Minho para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia. Braga: Universidade do Minho.
- ROCHA, L. (2007) - O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. X, nº 1, p. 73 – 93.
- ROCHA, L. (2009) - A Anta de Santiago Maior (Alandroal): a Recuperação de um Monumento Destruído. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. XII, nº 1, p. 35 -52.

- ROLO, A. M. S. (2010) – *A Necrópole Romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Departamento de Arqueologia; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SAAVEDRA MACHADO, J. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnográfico Dr. Leite de Vasconcellos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. II Série, Vol. V, p. 51-448.
- SANTOS JÚNIOR, J.; FREITAS A. M.; EIRA E COSTA A.; SANTO JÚNIOR N. (1991) – O Santuário do Castelo do Mau Vizinho. *Revista de Guimarães*. Guimarães, p. 368 - 410.
- SARMENTO, F. M. (1987 – 1988) - Antiqua. Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento. Informes, Reconhecimentos e Prospecções. *Revista de Guimarães*. Nº 97- 98, p. 5 - 40.
- SILVA, A. C.; PERDIGÃO, J. (1999) – *Contributo para a Carta Arqueológica de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.
- SILVA, A. C. (1999) - Salvamento Arqueológico no Guadiana. *Memórias d`Odiana, Estudos Arqueológicos do Alqueva*. Beja. Vol. I.
- SILVA, A. C. (2002) - Das Pedras do Xerez às novas Terras da Luz, *Memórias d`Odiana, Estudos Arqueológicos do Alqueva*. Beja. Vol. 2.
- SILVA C. T.; SOARES J. (1976-1977) – Contributo para o Conhecimento dos Povoados Calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal.
- SILVA C. T.; SOARES J. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do Megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia distrital de Setúbal. IX-X, p. 37-88.
- SOUSA, A. C. (2005) - Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*. Vol. III, nº2, p. 291 – 300.
- VALERA, A. (2000) - Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem. *Era Arqueologia*. Lisboa. Nº 1, p. 112-121.
- VALERA, A. C. (2008) - A divulgação do Conhecimento em Arqueologia: Reflexões em torno de fundamentos e experiências. *Praxis Arqueológica*. Lisboa, p. 9-23.
- VASCONCELLOS, J. L. (1885) – “Castelo Velho” e “Castelinho” do Alandroal. *O Arqueólogo Português*. I Série, Vol. I, nº 8, p. 212-215.
- VASCONCELLOS, J. L. (1893). Monumento do deus Endovélico. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Etnográfico Português. I Série, Vol. I, nº 1, p. 43- 46.
- VASCONCELLOS, J. L. (1913) – *As Religiões da Lusitânia*. Lisboa.
- VENTURA, J. F. (1970) – Moinhos agora, Moinhos outrora. *Arqueologia e História*. IX Série, nº 2.

- VIANA A. (1945) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. Nº 2, p. 356-391.
- VIANA A. (1946) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. Nº 3, p. 364-441.
- VIANA A. (1947) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. Nº 4, p. 115-147.
- VIANA A. (1950) – Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Porto. Nº 12, p. 3-4.
- VIANA A.; DEUS. A. (1951) – Exploración de algunos Dólmenes de la Región de Elvas, Portugal. *Actas do II Congresso Arqueológico Nacional*. Madrid.
- VIANA A.; DEUS. A. (1955-1957) – Notas para o Estudo dos Dólmenes da Região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*. Porto, nº15, p. 3-4.
- VIANA A.; DEUS. A. (1957) – Mais alguns dólmenes da Região de Elvas (Portugal). *Actas do IV Congresso Nacional de Arqueologia*. Burgos (1955). Zaragoza, p 89-100.
- VIANA A.; DEUS. A. (1958) – Campos de Urnas do concelho de Elva. Sep. de *O Instituto*. Coimbra, p. 118.
- VIANA, U. F. (2009) - Património e Educação: Desafios para o processo de Ensino – Aprendizagem. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Centro de Pós-graduação em Educação.
- YOURCENAR, M. (2006) – *Memórias de Adriano*. Lisboa: Verbo.

WEBGRAFIA

ALMANSA SÁNCHEZ (2010) – Para uma Arqueologia Pública (Pré-editorial). *Online Journal in Public Archaeology*. Vol. 0, p. 1-3. In <http://www.arqueologiapublica.es/descargas/1271708693.pdf> , 22/12/2012.

COLLADO GIRALDO, H. (2012) – *De Maltravieso al valle del Guadiana. Um repaso al arte rupestre paleolítica de Extremadura*. In http://www.academia.edu/1158920/DE_MALTRAVIESO_AL_VALLE_DEL_GUADIANA_UN_REPASO_AL_ARTE_RUPESTRE_PALEOLITICO_EN_EXTREMADURA, 12/05/2012

ERICKSON, A. (2011) - Outreach and Education in Archeaology. *Online Journal in Public Archeaology*. Vol. I, p. 45-54. In <http://www.arqueologiapublica.es/descargas/1271708693.pdf>, 22/12/2012.

FUNARI, P. ; OLIVEIRA, N.; TAMANINI, E. (2008) - Arqueologia Pública no Brasil e as novas Fronteiras. *Praxis Archaeologica*. Vol. III, p. 131-138. In http://www.praxisarchaeologica.org/PT/003_pt.php, 18/09/2012.

HOLTORF, C. (2012) – - Forum 1: Is Public Archaeology a menace? *AP: Online Journal in Public Archeaology*. Vol. II, p. 14-15. <http://www.arqueologiapublica.es/index.php> , 18/03/2012.

HOLZER, W. (1997) - Uma discussão fenomenológica sobre os conceito de paisagem e lugar , território e meio ambiente. *Território*, ano II, nº 3. http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_6_holzer.pdf, 21/10/12

KING, T. (2012) - Forum 1: Is Public Archaeology a menace? *AP: Online Journal in Public Archeaology*. Vol. II, p. 5-9. In <http://www.arqueologiapublica.es/index.php>, 18/03/2012.

LEYTON, R.; SHENAM, S.; STONE, P. (2006) - A Future for Archeaology. In http://books.google.pt/books?id=j2CSMJu66KwC&pg=PA80&lpg=PA80&dq=mcgimsey+public+archaeology&source=bl&ots=890_EG47-&sig=1DbwoJB_cDJ7mGNq3M9YOJMoFAI&hl=pt-PT&sa=X&ei=3SHHUManOoSQhQekiYD4Aw&redir_esc=y#v=onepage&q=mcgimsey%20public%20archaeology&f=false , 11/12/2012.

- LEONOR PINA, H. (2004) - *Abordagem Semiótica de um Tema Arqueológico (trabalhos de 1994 revistos em 2003)*. In <http://www.crookscape.org/textset2005/text05.html>, 02/12/2009
- MCDAVID, C. (2011) - Forum 1: Is Public Archaeology a menace? *AP: Online Journal in Public Archeology*. Vol. II, p. 10. In <http://www.arqueologiapublica.es/index.php>, 22/03/2012.
- MONTARROYOS, H. (2009) - O desenho Epistemológico da Arqueologia Pública: regras para construção de um relatório técnico-científico. In <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=26>, 07/12/2012
- VIZCAÍNO ESTEVAN, A. (2012) - Forum 1: Is Public Archaeology a menace? *AP: Online Journal in Public Archeology*. Vol. II, p. 15-18. <http://www.arqueologiapublica.es/index.php>, 22/03/2012.

CARTOGRAFIA

- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 440 – Alandroal, 1970.
- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 441 – Juromenha (Alandroal), 1970.
- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 451 – Juromenha (Alandroal), 1970.
- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 452 – Juromenha (Alandroal), 1970.
- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 462 – Juromenha (Alandroal), 1970.
- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 463 – Juromenha (Alandroal), 1970.
- Carta Militar de Portugal (C.M.P.), 1: 25 000, Folha 474 – Juromenha (Alandroal), 1970.
- Carta dos Solos de Portugal, 1: 50 000, Folha 37-C – Juromenha, 1965.
- Carta de Capacidade de Uso dos Solos, 1: 50 000, Folha 37-C – Juromenha, 1965.
- Carta Geológica de Portugal, 1: 50 000, Folha 37-C – Juromenha, 1974.
- Carta Mineira de Portugal, 1: 250 000.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO

Preencha o questionário sozinho e sem recurso a consulta.

Responda a todas as questões e de forma sucinta.

Dados pessoais:

- Nome

-Data de Nascimento

- Ano escolar que frequenta

- Localidade

1- Conheces o território do concelho do Alandroal (principais povoações, estradas, cursos de água, limites concelhios)? Como o describes?

2- O que é para ti um sítio arqueológico?

3- Conheces sítios arqueológicos no concelho do Alandroal? Quais?

4- O que entendes por património arqueológico?

5- Conheces sítios arqueológicos fora do concelho do Alandroal (em Portugal ou no estrangeiro)? Quais?

6- Já visitaste alguns sítios arqueológicos no concelho do Alandroal? Quais? Com quem (familiares, amigos, através da escola)?

7- Já visitaste alguns sítios arqueológicos fora do concelho do Alandroal? Quais? Com quem (familiares, amigos, através da escola)?

8- O que entendes por Arqueologia?

9- Como describes o trabalho do arqueólogo (meios, métodos, como dá a conhecer o seu trabalho aos seus colegas e á população em geral, etc.) ?

10 - Tens conhecimento de alguma intervenção arqueológica no concelho do Alandroal?

11- Já participaste em alguma intervenção ou trabalho arqueológico?

12 - O que entendes por prospeção arqueológica?

13 - O que esperas encontrar durante a prospeção arqueológica que irás efetuar?

14- Achas que o estudo, a conservação e a divulgação dos sítios arqueológicos podem contribuir para o desenvolvimento do concelho do Alandroal? De que modo?

15- Na tua opinião o património arqueológico do concelho do Alandroal devia ser melhor conhecido, protegido e divulgado? De que modo?

ANEXO 2 GLOSSÁRIO PARA JOVENS

Achado Avulso - Objeto ou pequeno conjunto de objectos de interesse arqueológico encontrados fora do seu suposto contexto original. Ex: Machado de pedra polida , ponta de seta ou seixo talhado.

Anta- Sepultura coletiva, de maior ou menor dimensão, normalmente destinada a enterramentos coletivos, utilizada durante a Pré-História.

Concelho do Alandroal - As antas do Lucas, de Santiago Maior, de Santa Luzia, do Pão Mole ou a dos Galvões.



1- Anta dos Galvões (Alandroal).

Antropologia – Disciplina que estuda o Homem como ser biológico, social e cultural.

Antropologia biológica – Estuda o Homem nos seus aspectos fisiológico, biológico, anatómico e genético.

Antropologia social – Analisa as relações e os sistemas sociais que são próprios das diversas sociedades humanas pretendendo conhecer o Homem enquanto componente de grupos organizados. No fundo tenta entender como e porquê o Homem se comporta de modo distinto conforme as sociedades em que se integra.

Antropologia cultural – Estuda o Homem e as sociedades humanas no seu lado cultural (Religião, comportamentos ou sistemas simbólicos).

Arqueologia – Disciplina que estuda as comunidades do passado (a sua cultura e modo de vida) através da análise dos vestígios materiais que chegaram até à atualidade, tais como estruturas arquitetónicas, objetos de arte e do quotidiano em cerâmica, pedra, osso e em materiais perecíveis (madeira, pele, verga, lã, etc.).

Arqueologia da Paisagem – Estuda a paisagem como uma realidade (espaço social) resultante da intervenção do Homem no meio físico, o modo como o Homem a vê e a percepção que tem dela.

Arqueologia Experimental – Dedicar-se à experimentação dos vários processos de fabrico, de tecnologias ou de procura de fontes de matérias-primas e utilização das mesmas, como o talhe da pedra, a construção de cabanas, o fabrico de recipientes em cerâmica ou a caça, de modo a reconstruir determinados comportamentos do Homem no passado.

Arte Rupestre – Gravura ou pintura sobre rocha; uma manifestação de arte cujos testemunhos vêm desde o Paleolítico Superior até à Época Contemporânea e que representa grande parte da expressão artística do passado mais remoto chegada até aos nossos dias.

Concelho do Alandroal – Gravuras do Guadiana e gravuras dos Canhões.



2 – Gravuras dos Canhões (Alandroal).

Artefato Lítico – Utensílio elaborado sobre pedra ou pedra utilizada como ferramenta.



3- Machado de pedra polida.



4 -Formas variadas de pontas de seta.

Pedra lascada- Objeto obtido por lascagem (exemplos: Biface, disco, lasca retocada, raspadeira, lâminas, ponta de seta). Surge no Paleolítico Inferior.

Pedra polida – Objeto conseguido através de polimento (exemplos: Machado ou enxó). Surge no Neolítico.

Outros – Com sinais de uso (exemplos: Elementos de mó, percutor, polidor) ou objetos decorativos e simbólicos.

Calcolítico – Período da Pré-História recente (entre 3.000 a 1.700 a. C.) que se caracteriza genericamente pelo aparecimento da metalurgia, ao mesmo tempo que se continua a trabalhar a pedra. Época de grandes transformações no plano económico, social e cultural; aparecem os primeiros povoados fortificados, novas formas de cerâmica, e assiste-se à “Revolução dos Produtos Secundários”, com a exploração de animais para obtenção de queijo, lã, tracção e transporte.

Neste período a arte manifesta-se sobretudo nas gravuras sobre rocha ou na decoração de recipientes cerâmicos.

Concelho do Alandroal – Destaca-se os povoados do Castelo Velho das Hortinhas, da Horta do Reguengo, do Cubo ou da Perdigoa.

Cartografia - Disciplina que se ocupa da conceção e estudo de cartas e mapas utilizando determinados sistemas de projeção e uma escala.

Em Arqueologia, a Cartografia permite assinar corretamente os sítios arqueológicos e entender estratégias de povoamento atendendo a elementos como cerros salientes na paisagem, cursos de água ou planícies.

Curso de água - Abarca várias categorias desde rios, ribeiras de grande caudal, ribeiros e regatos. Estes elementos naturais são, para além de importantes marcas na paisagem, fonte de alimento e outros recursos, contribuindo, assim, para a fixação de populações junto às suas margens (como no exemplo dos moinhos).

Concelho do Alandroal – Rio Guadiana, Ribeira do Lucefecit ou Ribeiro do Alcalate.

Epigrafia – Disciplina que estuda as inscrições em materiais duros, como a pedra, o metal ou a cerâmica. Normalmente trata-se de textos votivos, no entanto poderão ter igualmente caráter comercial ou identificativo.

Concelho do Alandroal – Grande coleção de estelas epigrafadas provenientes de São Miguel da Mota ou a cerâmica epigrafada da Rocha da Mina.

Época Contemporânea – Tem início em 1789 com a Revolução Francesa e vem até aos nossos dias. Marcado pela Modernidade, neste período ocorreram na Europa vários acontecimentos marcantes como as Guerras Napoleónicas, a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, a Revolução Russa, o surgimento de vários movimentos culturais, artísticos e ideológicos ou o aparecimento dos computadores e da Internet.

Concelho do Alandroal – Em contexto rural, os vários moinhos de água que se encontram nas margens das maiores linhas de água, eiras, fontes, caminhos, ou montes. Em contexto urbano, a grande maior parte das estruturas que conhecemos.

Época Moderna – Dos meados do século XV (com a queda de Constantinopla, em 1453) até perto do final do século XVIII (Revolução Francesa, em 1789). Os dois primeiros séculos ficaram marcados pela Expansão Marítima, altura em que Portugal e outros países da Europa exploraram novos territórios, novos produtos e novos povos. Foi a época do Renascimento e da Reforma na Igreja, que contribuíram para diversas mudanças ao nível social, cultural, económico e político.

Concelho do Alandroal – Diversos vestígios de ocupação em meio rural e nas vilas (Alandroal, Juromenha e Terena).

Época Romana – (Séculos II/I a. C. até ao século V). A chegada dos exércitos romanos, e mais tarde dos colonos, trouxe muitas novidades ao território onde hoje se integra o sul de Portugal; encontram-se na forma de ocupar o território, nos processos agrícolas e de construção e nos hábitos alimentares e de higiene; podemos, igualmente, apontar mudanças significativas nos objetos de uso quotidiano, na arte ou no modo de adorar os deuses.

Concelho do Alandroal – Santuário de Endovélico no São Miguel da Mota, algumas *villae* como a Vila Sara, a Malhada dos Barros ou Vilares, para além de várias dezenas de outros pequenos sítios ocupados durante este período.

Escavação Arqueológica – Intervenção que se caracteriza genericamente pela remoção de estratos, naturais ou artificiais. Permite detetar, relacionar e datar, mesmo que de modo relativo, materiais e estruturas; dependendo do sítio escavado, normalmente são encontrados objetos de cerâmica, osso, pedra, metal e, muito excecionalmente, materiais perecíveis como cordas, madeiras ou tecidos que desapareceram quase por completo do registo arqueológico. O objetivo último da escavação arqueológica é tentar chegar a quem fabricou e usou esses objetos, com que intenção, quando ou donde lhe veio o conhecimento tecnológico para o fazer.

Etnoarqueologia – Disciplina que analisa e compara os dados arqueológicos (cultura material) com os etnográficos (cultura imaterial) recolhidos diretamente pelos arqueólogos entre povos atuais.

Fóssil diretor – Em Arqueologia, trata-se de um objeto que, pelas suas caraterísticas únicas e pelo período limitado em que foi utilizado, nos indica uma época com alguma precisão. Como exemplos mais comuns temos, na região, a tégula romana ou o prato de bordo almendrado caraterístico do Calcolítico.

Geologia – Disciplina que se dedica ao estudo da Terra, dos materiais que a constituem e dos processos naturais nela ocorridos ao longo do tempo. A Arqueologia socorre-se desta ciência em especial para conhecer as matérias-primas utilizadas e as caraterísticas dos sedimentos.

Idade do Bronze – (Entre 1700 e 700 a. C.) Desenvolveu-se o uso dos metais e o domínio sobre os processos metalúrgicos (o bronze é uma liga de cobre e estanho). O Bronze Inicial e Médio são mal conhecidos no Sul de Portugal; no entanto, os povoados fortificados do Bronze Final ocorrem na região, muitas vezes permanecendo na memória popular com a designação de castelo, graças às suas muralhas.

Concelho do Alandroal – Castelo Velho das Hortinhas ou Lucas 7.

Idade do Ferro – (Século VIII/ VII a. C. até ao século II/I a. C.). Assim denominada pelo incremento da metalurgia do ferro, que permitiu o aperfeiçoamento do fabrico de novas ferramentas de trabalho e de armas. No entanto, outros e importantes acontecimentos a caracterizaram; a Iª Idade do Ferro ficou marcada pelas inovações que os fenícios trouxeram

ao sul do território, em especial a introdução da escrita; o desenvolvimento do comércio, o uso do vinho na alimentação ou as casas de planta quadrangular, também se devem à chegada deste povo. O acastelamento, no século V a.C., marcou, na região, o início da IIª Idade do Ferro; o fenómeno poderá ser relacionado a possíveis conflitos internos ou a movimentação de povos, tradicionalmente chamados de “indo-europeus”, na região.

Concelho do Alandroal – Castelo Velho das Hortinhas, Castelo da Pena de Alfanje ou Espinhaço de Cão.

Idade Média – (Do século V ao século XV). A Alta Idade Média inicia-se com as invasões bárbaras e o fim do império romano; o Cristianismo é difundido pela Europa e chegam à Península Ibérica os povos islâmicos, que trazem ao território novas tecnologias, rituais religiosos e outros elementos culturais. A Baixa Idade Média ficou marcada, principalmente, pelo crescimento das cidades e conseqüente da dinamização da vida urbana. O desenvolvimento trazido pelo comércio ou pelas inovações tecnológicas que contribuíram para o avanço da produtividade agrícola, foi, por vezes, contrariado pelo surgimento de várias doenças como a peste negra ou pelas cruzadas.

Na arte desenvolveram-se os estilos Românico e o Gótico, que se manifestam em especial na arquitetura religiosa, em obras de grande beleza ainda hoje sobreviventes.

Concelho do Alandroal – Castelo Velho das Hortinhas ou os castelos medievais de Juromenha, Terena e Alandroal.

Megalitismo – Manifestação cultural que se prolongou por vários milénios, caracterizada pela construção de monumentos rituais, funerários e outros, constituídos por grandes pedras. Corresponde, igualmente, à sedentarização das comunidades e à complexificação social.

Concelho do Alandroal – Menir da Pedra Alçada 8 ou as várias antas atrás nomeadas.

Menir – Pedra de grandes dimensões, maioritariamente alongada e originalmente cravada no solo ao alto; nalguns casos acha-se afeiçãoada ou decorada. Os menires aparecem isolados ou em conjunto, formando alinhamentos ou recintos megalíticos. Julga-se serem marcas territoriais e/ou “símbolos antropomórficos” (CALADO, 2004:240), isto é, representações esquematizadas da figura humana (estátua).

Concelho do Alandroal – Menir da Pedra Alçada 8.



5 -Menires decorados do recinto megalítico dos Almendres (Évora).

Mesolítico – (10000 a 5500 a. C.). Período entre o Paleolítico e o Neolítico em que se dá uma melhoria climática. Embora se tenha implantado a pastorícia e a agricultura, as comunidades ainda subsistiam da caça, da pesca e da recolção; as comunidades ocupavam, de forma quase sedentária, as áreas junto aos estuários dos grandes rios obtendo daí grande parte dos seus alimentos (peixe, crustáceos ou moluscos).

Necrópole - Cemitério; conjunto de enterramentos. Desde o Paleolítico até à atualidade o Homem preocupou-se em cuidar dos seus mortos e depositá-los de forma ritual.

Concelho do Alandroal – As antas, as sepulturas medievais do Rosário, escavadas na rocha, as sepulturas do Monte da Garçoa ou os cemitérios medievais e atuais das várias povoações.



6 -Sepulturas do Monte da Garçoa (Alandroal.)

Neolítico – (5500 a 3000 a.C.) Época caracterizada pelo desenvolvimento da agricultura, em especial baseada nos cereais, a domesticação dos animais e a sedentarização, acompanhados de profundas alterações tecnológicas perceptíveis na introdução da cerâmica, da tecelagem ou da pedra polida. A religião manifesta-se no enterramento dos seus mortos em antas e grutas, enquanto a arte surge, sobretudo, nas gravuras e pinturas rupestres (espirais, círculos e, sobretudo, figuras humanas).

Concelho do Alandroal – Os povoados das Águas Frias, Mimosas ou Juromenha.

Numismática - Disciplina que estuda as moedas e as medalhas, objetos que para a Arqueologia poderão ser verdadeiros documentos históricos, dada a informação que fornecem, em especial se encontrados no seu contexto original, sobre materiais ou estruturas.

Paleolítico – (Desde o aparecimento dos primeiros grupos humanos até há cerca de 10000 anos) Este longo período é marcado pelo surgimento dos primeiros artefatos em osso, madeira e, especialmente, em pedra, o que permitiu cortar, raspar, perfurar. A caça e a recolção eram a base da economia destas comunidades.

As manifestações de arte no paleolítico (ao livre ou em cavernas) são várias e impressionantes, em particular as pinturas e gravuras que reproduzem os grandes animais.

Concelho do Alandroal – Retorta e Juromenha 7.

Povoado Fortificado – Tipo de estabelecimento que surgiu no Neolítico Finalis/Calcolítico. Os povoados são delimitados por sistemas defensivos (muralhas, paliçadas ou fossos) e, normalmente, implantados em locais altos e destacados na paisagem.

Concelho do Alandroal – Castelo Velho das Hortinhas ou Castelo da Pena de Alfange.

Prospecção Arqueológica – Procura de vestígios arqueológicos - fragmentos de cerâmica, instrumentos líticos, estruturas ou outros - através de meios não intrusivos ou destrutivos. Para além de contribuir para estabelecer redes de povoamento em diversas cronologias permite salvaguardar os sítios arqueológicos detetados.

Observação de superfície - Análise directa e minuciosa da paisagem e do terreno, com o objetivo de detetar vestígios arqueológicos à superfície. É o método mais utilizado, uma vez que não requer equipamento específico, apenas mapas e/ou aparelho de GPS.

Prospecção geofísica – Utilizada em particular para deteção de estruturas soterradas, permite definir áreas de potencial arqueológico, proporcionando imagens bidimensionais e tridimensionais. O georadar, os aparelhos magnéticos ou de resistividade elétrica são alguns dos métodos não intrusivos que permitem revelar vestígios no subsolo.

Fotografia aérea – Alguns indícios dificilmente visíveis à superfície podem ser detetáveis com fotografia aérea; observadas minuciosamente as imagens assim obtidas poderão conter informação relevante para a deteção de sítios arqueológicos, como no exemplo das pirâmides até ao momento desconhecidas, no Egito, encontradas através das fotografias obtidas pelos satélites que servem o programa Google Earth.

Recinto megalítico – Conjunto de menires normalmente dispostos em círculo ou oval. Apesar de não se saber ao certo a intenção com que foram erigidos, pensa-se que poderão ser lugares de culto ou simbólicos. A sua construção, orientada por fenómenos astronómicos simples e cíclicos, e o fato de poder constituir um conjunto de representações humanas, simbolizará o domínio do Homem face à natureza (CALADO, 2004: 240).

Em Portugal concentram-se no Sul do país e os exemplos mais representativos são os recintos dos Almendres, Portela de Mogos, Vale Maria do Meio ou o do Xerez.



7 -Recinto megalítico dos Almendres (Guadalupe, Évora).

Sítio arqueológico – Local onde existem vestígios arqueológicos que comprovam uma ocupação intencional num determinado período do passado. Poderá ter tipologias tão diversas como povoados e outros estabelecimentos, antas e outras sepulturas, painéis de gravuras rupestres, etc.

“**Tholos**”- Sepultura coletiva que pode ou não ser megalítica, também conhecida por monumento de falsa cúpula, utilizada durante o Calcolítico.

Concelho do Alandroal – Ambrósios.

“**Villa**” romana – Construídas junto a bons solos agrícolas, eram residências de campo, compostas pela casa do senhor (*pars urbana*), as habitações dos escravos (*pars rustica*) e as estruturas relacionadas com exploração agrícola e o armazenamento e transformação dos produtos, como os lagares, os silos ou as adegas (*pars frumentária*).

Algumas destas moradias, normalmente construídas à volta de um pátio central, ostentavam grande riqueza manifestada no estilo e nos materiais utilizados; colunatas de mármore, estatuária, painéis de mosaicos que cobriam o chão e frescos que decoravam as paredes revelavam um requintado gosto estético e artístico. As termas eram presença habitual nas *villa*, demonstrando uma preocupação com a higiene e o lazer; algumas delas eram bastante completas, com várias salas e tanques fornecidos de água e calor por sistemas elaborados de arcarias subterrâneas; eram, habitualmente abastecidas por aquedutos associados a processos de captação e armazenamento de água.

Concelho do Alandroal – Vilares, Vila Sara, Águas Frias ou Malhada dos Barros.

